

Ucastro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 8/20

2020/12/19



QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO
DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Pavilhão Multiusos de Astromil, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por José Alberto de Sousa e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência dos deputados e presidentes de junta de freguesia: Joaquim António Meireles Brandão, José Fernando Ribeiro dos Santos e Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: Maria Sofia Arrepiá Ferreira, Ana Raquel Gomes Coelho e Adélio Ribeiro Soares Magalhães, substituíram os deputados Letícia Daniela Moreira de Sousa, António Macedo de Lemos, Maria Rita Ferreira Nunes, respetivamente.

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c do número um do artigo decimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro: Albertino Borges da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia, fez-se representar por, Zélia Maria Leal Pinto, Secretária da mesma Junta de Freguesia.

Verificada a existência de quórum (42 presenças de um total de 45) pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo nove horas e cinquenta minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia – Informou que deu entrada na Mesa, uma Proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relacionada com a criação de uma Comissão de Acompanhamento do Processo de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 42 membros presentes, a admissão para debate da *“Proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relacionada com a criação de uma Comissão de Acompanhamento do Processo de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes”*, com 41 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP e CDU e 1 voto contra da deputada Mariana Fernanda Machado da Silva, da bancada do PSD.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Astromil após o que foram abertas as inscrições para intervenções neste período, tendo-se inscrito: Cristiano Ribeiro, Ana Raquel, Joaquim Bessa, João Gonçalves, Tomás Correia, Belmiro Sousa, Ana Paula Gomes, Sofia Arrepia, Soares Carneiro, Sara Leal, Luís Garcia e Rui Silva.

Presidente da Mesa – Anunciou os resultados verificados na votação para a eleição dos candidatos a novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, ocorrida no passado dia 3 de dezembro. Informou ainda que, os referidos resultados irão ser enviados na sua totalidade a todos os Senhores deputados.

José Manuel Moreira – Presidente da Junta de Freguesia de Astromil – Cumprimentou os presentes e a propósito da realização da presente sessão na freguesia de Astromil afirmou que a



todos recebia com muita honra e especial prazer. Considerou que o ano presente, apesar de todas as dificuldades, marca uma data importante para a freguesia de Astromil, no que realçou a construção do Pavilhão Multiusos que foi, durante décadas, uma ambição ignorada dos astromilenses. Acrescentou que Astromil era apenas um território demasiado pequeno para ser considerado digno das atenções do município. Os mais de mil cidadãos astromilenses foram, durante esse longo tempo, constantemente colocados na cauda das preocupações municipais, um tempo que felizmente já acabou. Acrescentou que o Pavilhão Multiusos é a confirmação definitiva dos astromilenses como paredenses de pleno direito, sendo esta uma mensagem clara de que todos os paredenses contam e que, quando se governa, governa-se para todos. Considerou que o dia da inauguração do Pavilhão, uma promessa eleitoral, foi o dia mais importante para Astromil desde o 25 de Abril pelo que era da mais elementar justiça endereçar um agradecimento público ao Presidente da Câmara. Realçou que aquela infraestrutura é espaço capaz e digno de receber uma Sessão da Assembleia Municipal sendo a confirmação de que, para o Partido Socialista, palavra dada é palavra honrada. Adiantou que, enquanto Presidente de Junta, vê neste espaço uma oportunidade de futuro para a sua freguesia e que o presente mandato era um passo em frente para Astromil, na direção da sua valorização e dignificação, um passo na direção certa. Elogiou a clareza com que o orçamento municipal foi apresentado o qual revela, uma vez mais, a preocupação do executivo com todas as freguesias, sem distinção de tamanhos ou lideranças partidárias. Destacou a forte componente social do mesmo que considerou indispensável face aos tempos difíceis que as populações atravessam, sobretudo as famílias mais carenciadas e as empresas menos capitalizadas.

Cristiano Ribeiro (CDU) – Cumprimentou os presentes e em particular o anfitrião, Presidente da Junta de Freguesia de Astromil e nele a população de Astromil e começou por solicitar ao Presidente da Assembleia que informasse a mesma dos resultados obtidos na eleição para os secretários metropolitanos para a Área Metropolitana do Porto, ocorrida no passado dia 3 de dezembro. Dada a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia por compromissos inerentes ao cargo, em nome do mesmo e em seu nome pessoal, deu conta do agrado da CDU pelo início das obras do arraial de Parada de Todeia, obra que considerou emblemática, de grande significado sendo mesmo uma velha aspiração da população de Parada de Todeia. Manifestou o seu agrado pela inclusão em investimentos futuros de uma obra muitas vezes referida, relacionada com a via de ligação entre o cemitério e o Apeadeiro, a qual mereceu



sempre alguma disponibilidade da Câmara Municipal em considerá-la como um objetivo a realizar no futuro, mas traduzida agora em proposta de investimento. Considerou que este era também um sinal de esperança em termos de benefícios para a freguesia e também para o Concelho, pois que é uma obra com algum significado, na articulação e na ligação possível no futuro da freguesia e do sul do Concelho com freguesias do concelho vizinho de Penafiel. Deixou uma palavra de esperança e de incentivo a todos aqueles que, passados 10 meses de uma situação difícil, mantêm a resistência e a resiliência, sabendo-se da existência de muito luto despertado pela situação pandémica que se vive. Há muita dor e sofrimento que também surgiram e estão presentes, muitas vezes escondidas e apelou a que as autarquias, as várias instituições, a comunidade e a sociedade em geral não deixe que ninguém fique para trás. Alertou para a necessidade de haver preocupação com a situação real, muitas vezes escondida de muita gente que é uma vítima direta da situação de crise sanitária e também de crise social. Manifestou o seu agrado relativamente ao sentimento de resistência da sociedade que tem tido respostas positivas e reiterou a necessidade de que as instituições não adormeçam e que todos ganhem uma réstia de energia, se possível, para continuar a lutar no quadro atual. Quanto às críticas surgidas nas redes sociais relativamente à Unidade de Saúde de Sobreira, disse não gostar de atitudes maniqueístas, excessivas e, às vezes, um pouco “popularuchas”, sobre o funcionamento das instituições. Admitiu que possa haver razões de queixa, mas sublinhou que nem tudo na vida é a preto. Porque foi questionado acerca do seu papel de médico e profissional de saúde no sul do Concelho, além de deputado municipal referiu estar atento como todos devem estar e apelou aos autarcas das freguesias do Sul do Concelho para que acompanhem o processo de funcionamento das instituições. Aconselhou a que façam as diligências que considerem naturais, ao diálogo com os responsáveis identificando os problemas, mas sempre numa perspetiva positiva. Salientou que, como deputado municipal é o que lhe compete fazer, estar atento, mas que é à população e aos seus representantes a quem compete intervir, dialogar, perceber quais são os problemas e verem se há soluções expeditas e possíveis objetivos para solucionar problemas que existem naquele lugar como existem noutros lugares.

Ana Raquel (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e referiu que, enquanto outros presidentes de Câmara assumem a responsabilidade da comunicação relativa à pandemia como entende que o momento o exige, pois que é assim que se vai tendo conhecimento dos infetados nos lares, escolas, IPSS entre outros, o Presidente da Câmara de Paredes faz uma abordagem errática da pandemia dado que se vai sabendo da situação, através da comunicação social. Acusou o Presidente da



Câmara de, por um lado, não dar informação relativa à pandemia, e por outro colocar o Concelho no fim da lista no combate à pandemia na região quando podia ter sido um exemplo a nível nacional para erradicar e combater de forma exemplar esta questão. Referiu que houve propostas e contributos do CDS e dos demais partidos presentes, com sentido de responsabilidade num espírito de solidariedade que deve imperar no momento pelo que havia que repensar se as propostas devem ou não ser consideradas. Acusou o executivo de irresponsabilidade na abordagem e na atuação e lamentou que tenham sido dadas entrevistas à comunicação social sem máscara quando se sabe que membros do executivo estão infetados. Lamentou, igualmente, a presença em inaugurações com um elevado número de pessoas e que tenham sido recebidas nos Paços do Concelho mais pessoas do que o recomendado. Observou que tudo isto era um mau exemplo que desprestigia e desrespeita os munícipes porque como todos sabem, muitos paredenses perderam os seus entes queridos. Referiu que esta leviandade com que se aborda a situação, denota uma falta de consideração para com os nossos e considerou vergonhoso que não tenha sido impedido pelo executivo da Junta de Freguesia de Paredes que tenha aumentado o preço das suas campas no cemitério de Paredes. Disse saber que se trata de um órgão autónomo, mas que estava certa de que, diplomaticamente, o executivo conseguiria contornar a proposta. Acrescentou que a insensibilidade tem limites, que esta era uma questão muito sensível e que nem sequer do ponto de vista psicológico e social a proposta fazia sentido. Adiantou que era quase insultuoso obedecer à lei da procura e da oferta no momento atual. Aproveitou para questionar o executivo sobre se não seria razoável começar-se a pensar num cemitério novo atendendo ao crescimento da população? Questionou o Presidente da Câmara sobre quais as razões pelas quais ainda não esclareceu o montante “enterrado” para aquisição dos terrenos para a ampliação do Cemitério de Rebordosa, pois que tal montante parece excessivo. Afirmou que o Presidente da Câmara a todos envolveu numa “chafurdice” e atirou para a lama o Município de Paredes, quando denunciou o anterior executivo por obras que enfermavam de várias irregularidades, mas que tudo resultou no arquivamento do processo. Considerou que o Município e o Presidente da Câmara saíram mal vistos o que a levava pensar que, ou o Presidente da Câmara colocou em causa o bom nome do Município em detrimento da obsessão pelo poder, ou rodeia-se de incompetentes. Seguidamente citou o despacho de arquivamento enviado ao Ministério Público que, no seu entender, a todos devia envergonhar, especialmente ao Presidente da Câmara e à sua super-técnica engenharia geográfica especializada em engenharia civil: “Não realizou uma verdadeira auditoria aos



centros escolares de Paredes, mas sim um trabalho superficial por faltarem os meios necessários.” Referiu que foi, portanto, um ato falhado e uma manifestação de incompetência. Questionou o Presidente da Câmara se não devia um pedido de desculpas a quem quis julgar antes dos tribunais e como se sentia depois deste arquivamento? Afirmou que na sua terra costuma dizer-se que *sentimos vergonha alheia e quem não se sente não é filho de boa gente* e que, pelo menos, o PS albergou os quadros que não serviam ao CDS. Disse esperar que o Presidente da Câmara e o seu executivo não viessem a ser acusados de beneficiarem uma empresa e que, a seu tempo, voltaria ao assunto. Relativamente à questão da piscina, referiu que a mesma serve mais o Concelho de Penafiel do que o Concelho de Paredes e questionou se o Presidente da Câmara considerava a hipótese de repensar a sua localização independentemente de ela ser ou não prioritária, facto de que duvidava em tempo de pandemia. Acrescentou que a destruição do Parque da Cidade tem vindo a ser frequente sendo um crime ambiental e um atentado ao bem-estar de todos. Não seria de pensar em construí-la junto das piscinas municipais, reabilitando-as e otimizando o uso da nova piscina que poderia ser coberta no inverno? Na prossecução da sua intervenção, referiu que, em tempos, o Presidente da Câmara Municipal de Lousada anunciou a construção de um aterro sanitário em Paredes, facto que o Presidente da Câmara esconde. Disse saber da existência de compromissos no âmbito da política da região segundo os quais, esgotando-se a capacidade de outros aterros, o seguinte seria construído em Paredes. Perguntou se o aterro que vai nascer em Paredes será construído em Recarei e Sobreira? Observou que, se assim for, entendia a possibilidade da existência de fundos comunitários para o saneamento, pois que, o aterro é uma obra pública que precisa de redes de saneamento. Acrescentou que, nesse caso, seria possível executar uma rede de saneamento com recurso a fundos comunitários, não para servir as populações, mas por causa da construção do aterro. Questionou quando e onde vai ser construído o aterro sanitário, sendo que, a ser desmentido o facto, o Presidente da Câmara estaria a insultar o seu homólogo de Lousada que é do mesmo Partido? Na síntese das obras a iniciar e a concluir no próximo ano, considerou que o Presidente da Câmara insistia em acrescentar outros erros. Deu como exemplo, a requalificação do Pavilhão Municipal de Paredes como multiusos, facto que o Presidente da Câmara faz de forma contrariada, pois que, como vereador da oposição juntamente com o PSD foi responsável pela venda das laranjeiras. Destacou que foi a população e também o CDS que fizeram com que as Laranjeiras ainda existissem hoje pelo que questionou as razões pelas quais se ia estourar milhões a construir um Centro de Congressos na mesma freguesia? Afirmou que, nas grandes cidades, só



com muita dificuldade se consegue potenciar um equipamento multifuncional. Adiantou que existe um equipamento multifuncional no Concelho de Paredes que ainda não foi potenciado pelo que questionou as razões da construção de 2 equipamentos no centro da cidade? Acrescentou que se junta a este facto a instalação da Comunidade Cigana no centro da cidade, para se ficar com o melhor exemplo daquilo que não deve ser feito. Aconselhou o Presidente da Câmara a pensar antes de agir, pois que, já chegava de elefantes brancos.

Joaquim Bessa (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que, no seu entender, havia muito mais vida para além da política partidária e como tal, quando entende que deve reconhecer e agradecer o faz sem pedir licença a ninguém. Saudou o Presidente da Assembleia pela iniciativa da presente sessão se realizar em Astromil, sua terra, facto que muito o honrava. Igualmente saudou o executivo municipal e a Junta de Freguesia de Astromil pela requalificação do polidesportivo, infraestruturas necessárias e há muito desejada. Prosseguiu, prestando a sua homenagem a todos os profissionais de saúde que todos os dias se debatem para ajudar a ultrapassar a pandemia que a todos assola. Agradeceu ao Dr. Baptista Pereira e à USF de Baltar por, abnegadamente, continuarem a servir a população que tem a seu cargo. Lamentou o facto de ter de voltar a falar do mísero estado em que se encontra a EN15, em toda a sua travessia no Concelho de Paredes, com maior incidência em Astromil. Lembrou que o Concelho de Paredes possui 80 mil habitantes pelo que, na sua opinião, merece muito mais respeito por parte da IP. Solicitou ao Presidente da Câmara que informasse quanto ao andamento das obras da ETAR de Campo, bem como para quando a ligação da água e saneamento à freguesia de Astromil, questões já colocadas na sessão precedente e que, talvez por lapso, não obtiveram resposta. Alertou para o facto de, no início do mandato, se ter falado muito na construção de passeios em todas as freguesias do Concelho de Paredes. Lembrou que na freguesia de Astromil apenas foram construídos passeios na EM600, na Rua de Santa Marinha, cerca de 400 metros. Questionou então se haveria lugar à execução de mais passeios e para quando? Reiterou que a requalificação do polidesportivo foi muito importante para a freguesia de Astromil e apelou a que o executivo não se ficasse por aqui, pois que, Astromil tem muito mais necessidades. A Rua Ferreira Neto que é uma via municipal, encontra-se num estado lastimável precisando de ser requalificada, a Rua Leonardo Coimbra, antiga Nacional 15 e que é comum às freguesias de Vandoma e Astromil, está intransitável e sem luz pública, a Rua da Aldeia Nova e Rua da Presa, onde em 2015 morreu Armindo Ferreira por falta de segurança, também precisa de ser intervencionada. Referiu que a Câmara Municipal devia ser mais exigente para com



a EDP, a quem acusou de desprezar a população dado que em quase todas as ruas da freguesia existem lâmpadas fundidas. Observou que, quando a EDP estava sedeadada em Paredes, os presidentes de junta ali se dirigiam e rapidamente eram atendidos nas suas pretensões, facto que não acontece no presente passando-se meses e, por vezes, anos com lâmpadas por substituir pelo que solicitou a intervenção do executivo junto da EDP.

João Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Sobreira - Cumprimentou os presentes e começou por felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Astromil e os astromilenses pela excelente infraestruturas que é o Pavilhão Multiusos, que a todos deve orgulhar. Referindo-se à questão do resgate, considerou que o saneamento é uma grande e necessária obra, não só para as freguesias de Sobreira e Recarei como também para as restantes onde o mesmo é inexistente e se reclama, dada a sua importância. Felicitou o Presidente da Câmara pelo facto de, em pouco mais de 2 anos, ter sido capaz de colocar na agenda este tema. Por um lado, o do resgate que implica a que a própria Câmara possa tomar em mãos esta iniciativa que há muitos anos deveria ter sido realizada e não foi. Deixou uma palavra de coragem ao executivo para que prossiga esta vultuosa tarefa para que, no prazo máximo de 1 ano, se possa usufruir dessa ferramenta para assim se agir em comunidade e em termos municipais. Referindo-se à intervenção do deputado Cristiano Ribeiro relacionada com a Unidade de Saúde de Sobreira, advogou que o Presidente da Junta está atento, mas está também limitado na sua ação. Afirmou ter aceite a função de mediador entre os cerca de 16 mil utentes, para evitar aglomerações no Centro de Saúde e assim se façam através da Junta de Freguesia, conforme está acordado, a marcação de consultas e exames médicos. Lamentou a falta de condições do espaço, o que obriga a que os utentes tenham de esperar pela sua consulta no exterior, facto causador de desconforto.

Tomás Correia - Presidente da Junta de Freguesia de Cete - Cumprimentou os presentes e afirmou que termina mais um ano com a sua freguesia, mais uma vez, a ser desprezada pela Câmara. Manifestou o seu descontentamento pelo facto de ainda não se terem iniciado as obras para a execução dos passeios entre Parada de Todeia e Cete, de o Mosteiro de Cete se encontrar ao abandono, do estado de degradação do polidesportivo, após visita do vereador Dr. Paulo Silva há mais de 1 ano. Lembrou a promessa incumprida relacionada com o fornecimento de paralelos aquando da presidência participativa. Deu conta do facto de há mais de 1 ano, sem sucesso, ter solicitado uma reunião com o Presidente da Câmara a pedido de um empreiteiro que pretende levar a cabo a construção de 3 pavilhões e com isso a criação de emprego. Acrescentou que efetuou



mais de 20 telefonemas e remeteu mais de 20 emails sem que obtivesse qualquer resposta. Deu conta da existência de uma casa abandonada em Cete que funciona quase como multiusos e um centro de distribuição de droga para os toxicodependentes. Revelou ter efetuado 5 telefonemas ao vereador Dr. Francisco Leal, nos dias 18 (2 vezes) e 27 de novembro e 3 de dezembro, para solicitar que se tapasse a dita casa com blocos, sem que tivesse conseguido ser atendido pelo aludido vereador. Lembrou que há pouco tempo, naquele local, foi esfaqueado um jovem que veio a falecer posteriormente. Realçou que, há cerca de 1 ano, em reunião com o vereador Dr. Francisco Leal foi-lhe solicitado um documento assinado pelo proprietário da casa que conseguiu e posteriormente entregou em mão ao senhor vereador sem que até à presente data algo tivesse sido feito. Solicitou ao Presidente da Câmara que atentasse à situação, pois que, já foi contactado pela Polícia Judiciária afim de ser elaborado um resumo do que foi feito, no sentido de se emparedar a referida casa, onde se faz tudo o que é possível fazer.

Belmiro Sousa - Presidente da Junta de Freguesia de Recarei - Cumprimentou os presentes e afirmou que se sentiu lesado com a referência aos cemitérios feita pela deputada do CDS e lembrou que nunca votou contra um orçamento do anterior executivo municipal. Observou que se a deputada em causa está preocupada com os cemitérios a Junta de Freguesia sentiu-se lesada, pois que, foi paga uma obra a um empreiteiro e na reta final teve que ser a Junta a assumir as despesas. Revelou que, posteriormente, o empreiteiro procedeu à devolução de parte da verba tendo a Câmara contribuído com cerca de 4 mil euros em material, estando a restante verba, cerca de 60 mil euros, a ser paga pela Junta de Freguesia. Afirmou que parte da verba serviu para comprar paralelos que foram distribuídos pelas juntas de freguesia lideradas pelo PSD e realçou que em Recarei se corria o risco de ter que pedir ajuda para sepultar aos colegas de Aguiar de Sousa e Sobreira. Deixou uma palavra de gratidão a todos os profissionais de saúde, pessoal da Câmara Municipal e funcionários da Junta de Freguesia pelo excelente trabalho que têm desenvolvido e desejou rápidas melhoras a todos aqueles que padecem vítimas da Covid-19. Felicitou o Presidente da Câmara pelo muito que tem sido feito nestes quase 4 anos de mandato, não só na sua freguesia, facto que o deixa orgulhoso, mas por todo o Concelho, além de conseguir diminuir o passivo. Deu conta da sua satisfação pelo facto de o saneamento passar a ser uma realidade e afirmou que terá muito prazer em convidar os deputados Soares Carneiro, Rui Silva e Cristiano Ribeiro para um convívio.



Ana Paula Gomes (PSD) – Cumprimentou os presentes e destacou a assinatura do contrato de cooperação entre o Município de Paredes e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Cete para atribuição de uma verba de 270 mil euros. Referiu que apesar do muito trabalho já realizado, fruto do empenho e de muita dedicação por parte dos membros da Associação traduzido em melhorias significativas do quartel, muito havia ainda para fazer, metas a conquistar e objetivos a atingir. Realçou que a verba a atribuir possibilitará a realização de obras importantes com vista à criação das condições necessárias e condignas para que os Bombeiros, imbuídos do seu espírito de bravura e altruísmo, continuem a prestar socorro aos cidadãos. Defendeu que continuam a existir necessidades urgentes, nomeadamente no que toca à manutenção e operacionalidade das viaturas, quer seja pela sua recuperação ou renovação, uma vez que grande parte da frota de socorro se encontra desgastada e obsoleta. Sublinhou que criar boas condições é dignificar e respeitar o trabalho e missão dos bombeiros. Com um quartel equipado e renovado, para além de se conseguir a permanência de bombeiros, será uma oportunidade de mobilizar novos elementos para tão nobre missão. Manifestou o seu orgulho em ser Presidente da Assembleia Geral de uma Associação de referência e excelência. Na prossecução da sua intervenção e relativamente à educação, questionou o Presidente da Câmara se, no atual contexto de pandemia, conseguiria garantir à comunidade educativa que todos os protocolos de segurança sanitária são cumpridos nos transportes escolares? O que foi ou está a ser feito nesta matéria? O que foi feito para garantir as novas medidas e normas da DGS no que diz respeito à distância de segurança entre os alunos ou higienização dos espaços escolares e sua manutenção? A título de exemplo, foi reforçado o número de assistentes operacionais e ou distribuído EPI's? Referiu que embora as direções e associações de pais tenham por vezes encontrado soluções criativas, facto louvável, é sabido que as verbas são insuficientes para suportar os vários encargos que extraordinariamente surgiram. Questionou o Presidente da Câmara sobre que medidas concretas foram implementadas pela autarquia junto dos estabelecimentos escolares para mitigar o impacto desta pandemia e ajudar a ultrapassar estes constrangimentos?

Sofia Arrepiá (PSD) – Cumprimentou os presentes e afirmou que era de todos sabido, mesmo antes da pandemia, que O Centro Hospitalar Tâmega e Sousa - Hospital Padre Américo em Penafiel, carece de reforços de meios hospitalares e de recursos humanos. Acrescentou que a crise pandémica veio realçar estas insuficiências com o hospital a ficar recentemente muito perto da rutura, com os profissionais exaustos e com o internamento esgotado. Apesar de estar ciente de



que a tutela da saúde não cabe ao Município, questionou o Presidente da Câmara se estava a levar a cabo os esforços necessários e se estava a defender a população de Paredes junto dos órgãos governamentais, no sentido da canalização de mais e melhores recursos e se prevê alguma ação ou apoio ao Hospital Padre Américo? Referiu que este hospital não tem tido mãos a medir e lembrou que Paredes é um dos Concelhos mais afetados pela pandemia.

Soares Carneiro (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu que a sua intervenção visava a reposição da verdade quanto àquilo que se passou na sessão extraordinária do dia 13 de outubro, pois que o Presidente da Câmara referiu 3 situações que não são verdadeiras. Disse que o resgate da concessão iria permitir à Câmara de Paredes recuperar no prazo de 1 ano e passar a gerir o fornecimento de água e saneamento no Concelho, que a resolução unilateral que tinha sido proposta pelo PSD iria obrigar a ficar mais de 10 anos à espera de poder reaver os serviços de água e saneamento e que, em consequência, se ficaria 10 anos sem fundos comunitários para realizar investimentos em água e saneamento. Acusou o Presidente da Câmara de continuar a enganar os paredenses e os órgãos municipais. Observou que primeiro enganou por omissão, pois que, no dia 13 de outubro, o Presidente da Câmara já tinha na sua posse a resposta da Be Water desde o dia 02 de outubro. Adiantou que na mesma, a concessionária apontava diversos vícios no procedimento e acrescentou que o Chefe do Executivo omitiu conscientemente à Assembleia tal informação que considerou pertinente e relevante para a decisão da Assembleia e dos seus deputados. Realçou que desde julho tem envidado todos os esforços no sentido de lhe serem facultados vários elementos relacionados com a concessão, sendo que, as respostas são sempre trocadas, insuficientes e incompletas. Sublinhou que o Presidente da Câmara não disse também que já tinha sido negociado desde 2018 com a concessionária, um segundo aditamento que já estava escrito e que resultou das negociações entre a Câmara e a Be Water e cujos elementos e memorandos assim como a troca de emails foi já por si igualmente solicitada e não facultada. Considerou que os deputados e os paredenses foram igualmente enganados pelo Presidente da Câmara quando este afirmou que a resolução do contrato obrigaria o Município a esperar mais de 10 anos para reaver os serviços de água e saneamento. Prosseguindo, afirmou que, ou o Presidente da Câmara nada sabe de direito o que era estranho porque é licenciado em direito, ou mais uma vez quis enganar os deputados municipais e os paredenses. Sublinhou que o Presidente da Câmara deveria saber como sabe qualquer jurista sofrível que a resolução do contrato opera imediata e automaticamente a antecipação da entrega dos serviços de água e saneamento para 2021 e não para 2022. Acrescentou



que, posteriormente, discutir-se-ia no Tribunal se seria a Be Water que teria que pagar uma indemnização ao Município de Paredes por repetidamente incumprir o contrato ou, em última hipótese, se seria a Câmara a pagar alguma indemnização à Be Water. Realçou que, nessa altura, os serviços de água e saneamento estariam já na posse do Município podendo este fazer os investimentos que os presidentes de junta reclamam com propósito. Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Recarei na qual felicitou o Presidente da Câmara, observou que era necessário haver memória, pois que, o Presidente da Câmara, havia dito em 2019 e 2020 que o acordo com a Be Water estava feito restando apenas o parecer da ERSAR. Em 6 meses, em junho/julho mudou tudo, não foi uma decisão pensada, foi uma decisão tomada em cima do joelho e algo que vai ter enorme impacto no Concelho de Paredes. Realçou que esta decisão não foi de anos, mas sim de 6 meses porque o acordo era outro e já tinha sido anunciado na Assembleia pelo que, também por aí o Presidente da Câmara enganou os paredenses e os deputados municipais. Também enganou quanto ao valor do resgate, 22,5 milhões de euros, mas segundo o que foi publicado num jornal e que vale o que vale, a concessionária pretende reclamar 200 milhões de euros de indemnização. Lembrou que, na altura, estimou um valor de 75/76 milhões de euros e questionou sobre quem iria pagar a diferença? Será o Presidente Alexandre Almeida que se vai responsabilizar pelo valor superior a 22,5 milhões de euros? Vai-se responsabilizar pelo valor que efetivamente este município terá de vir a pagar à concessionária? Acrescentou que seria bom que esta responsabilidade pessoal pudesse ser assacada ao Presidente da Câmara. Afirmou que, se calhar, o Presidente da Câmara não será eleito no próximo mandato. Defendeu que ainda que o seja, porque só os paredenses o sabem, o Presidente da Câmara certamente está confiado na demora em muitos anos dos tribunais administrativos. Acrescentou que, assim sendo, provavelmente nessa altura não será o mesmo Presidente da Câmara, mas são os paredenses que terão de pagar uma choruda indemnização acima dos 22,5 milhões de euros. Em nome de Paredes, apelou ao Presidente da Câmara a que se aconselhe bem antes de se decidir, para não se precipitar e não enganar os paredenses iludindo-os quanto aos custos e perigos do resgate da concessão. Observou que para se tomar decisões jurídicas são precisos pareceres de juristas, não pareceres de técnicos ou engenheiros que nada percebem de direito. Solicitou ao Presidente da Câmara que explicasse onde vai a Câmara buscar o resto do dinheiro para pagar a indemnização à concessionária e realizar os investimentos que são necessários.



Sara Leal (PS) – Cumprimentou os presentes e abordou a questão relacionada com a abertura de novas creches em Paredes, que tem na sua génese o programa de alargamento da rede de equipamentos sociais designada por PARES 2.0. Acrescentou que este programa visa apoiar a construção e reabilitação de creches nos concelhos, cuja taxa de cobertura é inferior a 33%. Observou que estes equipamentos correspondem às reais necessidades sendo igualmente uma mais valia para o Concelho, pois que, permitem uma maior qualidade de vida para todos os cidadãos. Realçou que é apanágio do executivo investir na dimensão social com vista ao integral desenvolvimento do Concelho. A terminar, questionou o Presidente da Câmara se tinha conhecimento da celebração dos referidos contratos com base no aludido projeto e, em caso afirmativo, em que locais se irá desenvolver?

Luís Garcia (PS) – Cumprimentou os presentes e referiu-se à publicação do anuário financeiro dos municípios referente a 2019, o qual reflete a gestão rigorosa do Município, mais conhecido por “*Município das contas certas*”, facto que antes não se verificava. Destacou as medidas que foram tomadas nomeadamente quanto ao IMI cobrado aos paredenses que regista uma significativa redução do valor cobrado de 2018 para 2019, em cerca de -4,2%. Realçou o facto de Paredes ter tido o maior volume de investimento pago em 2019, a que confere um crescimento de 161,2%, além do facto de, de 2017 para 2019, se constatar uma redução de 52% de encargos com juros. Considerou que estes factos comprovavam o que vem sendo dito pelo Presidente da Câmara ao longo dos anos, de que o Município de Paredes é, presentemente, um Município mais saudável, que investe mais e que cobra menos impostos aos paredenses. Observou que com tal equilíbrio financeiro, tem existido um grande investimento em infraestruturas bem como a nível social por todo o Concelho, pese embora a redução de impostos, nomeadamente do IMI que, pela primeira vez no Concelho de Paredes, se vai fixar na taxa mínima.

Rui Silva (PS) – Cumprimentou os presentes e referindo-se à questão levantada relacionada com o Cemitério de Paredes, esclareceu que a gestão do mesmo é da competência da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. No que concerne às freguesias agregadas à freguesia de Paredes, referiu que, em Gondalães e Mouriz, devido ao alargamento dos respetivos cemitérios, as campas sofreram um ligeiro aumento. Realçou a não obrigatoriedade da compra de campas sendo que os enterramentos são gratuitos e lamentou o populismo evidenciado com esta questão pela deputada do CDS, facto que poderia induzir em erro os mais incautos. Destacou os 400 mil euros investidos pela antiga Junta de Freguesia de Rebordosa, nas obras no cemitério, assim como o facto de o



anterior executivo não ter prestado qualquer apoio para a execução daquelas obras. Saliou ainda o facto de Rebordosa não possuir uma Casa Mortuária e a necessidade urgente desta intervenção dada a indisponibilidade de campos. Manifestou o seu desagrado relativamente à linguagem usada pela deputada do CDS na sua intervenção, que não fica bem a uma deputada e muito menos a uma senhora. Referiu que *chafurdice* ou alguma coisa menos esclarecida foi quando o anterior executivo escondeu o famoso relatório do OLAF referente aos centros escolares do qual se espera ainda uma decisão e em que a Câmara se habilita a pagar 6 milhões de euros. Sublinhou que se alguma coisa houve comparada com o adjetivo utilizado, foram as práticas anteriores ao atual executivo. Relativamente ao início e à conclusão de algumas obras emblemáticas no presente mandato colocou as seguintes questões: Quando estará concluído o Pavilhão Multiusos, pois que, o mesmo se encontra em andamento não sendo possível parar as obras? Quando estará concluída a Piscina Municipal e quando estará ao serviço da população de Paredes? Adiantou que não via qualquer problema em que a piscina também fosse utilizada por munícipes de Penafiel tal como foi referido. Acrescentou que este facto a todos orgulhará até porque será um sinal de que em Paredes se tem desenvolvido um trabalho diferenciado que atrai cidadãos de outros lados. Relativamente ao Centro de Congressos, equipamento que também albergará alguns serviços camarários, perguntou quando começaria e quando se concluiria tal obra? Por fim, agradeceu a forma simpática e carinhosa com que os deputados foram recebidos em Astromil para a realização da presente sessão.

Presidente da Câmara Municipal - Cumprimentou os presentes e especialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Astromil e o deputado Joaquim Bessa, a quem felicitou pelas magníficas instalações do Pavilhão Multiusos que a todos dignifica. Acrescentou que esta é uma infraestrutura que está executada com muita classe e mais bonito do que imaginou, o que prova que quando os presidentes de Junta têm vontade de colaborar com o executivo municipal as coisas acontecem. Referindo-se à intervenção do deputado **Cristiano Ribeiro**, considerou que esta obra tal como a obra de construção do Arraial de Parada de Todeia, tal como a construção do Centro de Desportos outdoor em Aguiar de Sousa, são a prova de que as freguesias não se medem aos palmos. Observou que, quer nas freguesias de maior dimensão, quer nas freguesias de menor dimensão, os paredenses são todos paredenses de pleno direito e manifestou o seu orgulho pelas obras a decorrer em todas as freguesias. Destacou o facto de muitas das obras a decorrer nas freguesias estarem a ser executadas pelos presidentes de Junta, pois que, acredita na delegação de



competências. Acrescentou que, desde 2018 já foram feitos mais de 2 milhões de euros de delegação de competências para a realização de obras e lembrou que na presente sessão serão votados mais cerca de 500 mil euros. Referiu que, tal facto significa que ao longo deste primeiro mandato, os valores distribuídos em delegação de competências estão acima dos 2,5 milhões de euros. Afirmou que este facto significa acreditar na capacidade de trabalho dos presidentes de Junta na resolução dos problemas das suas freguesias. Às questões colocadas pela deputada **Ana Raquel** e relativamente à abordagem da Câmara Municipal à pandemia, adiantou que a abordagem do Município é completamente diferente daquilo que foi referido. Considerou que a deputada em causa se limitou a falar de pandemia e de que eram necessários mais cemitérios facto que contrastava com a forma de atuar do executivo que nunca associou a palavra pandemia a cemitérios. Destacou os apoios concedidos às IPSS, às corporações de Bombeiros, à população mais vulnerável, assim como ao Centro de Saúde e Hospital Padre Américo com apoio financeiro para a compra de ventiladores. Realçou ainda o bom entendimento com a CIM do Tâmega e Sousa, apesar de Paredes estar inserido na Área Metropolitana do Porto. No que concerne ao aterro sanitário, esclareceu que, atualmente, a forma de tratamento dos resíduos não passa pela construção de aterros sanitários, mas sim por soluções industriais que vão fazer o tratamento dos mesmos, facto que está em discussão no âmbito da AMBISOUSA. Observou que a política do futuro não passa pelo aumento dos aterros, mas sim por fazer o tratamento dos resíduos. Quanto às obras no Pavilhão das Laranjeiras, referiu que está aberto o respetivo concurso e que em janeiro próximo se saberá quem construirá o Auditório Municipal e Centro de Congressos, sendo que uma coisa não se sobrepõe à outra. Realçou o facto de Paredes ser o 3º Concelho mais jovem do País e ter um Pavilhão Municipal que vai ter 2 campos que vão permitir a prática de várias modalidades o que não belisca nada. Antes pelo contrário, permitirá um maior uso para a prática de desporto e um Auditório Municipal e Centro de Congressos para outro tipo de eventos, nomeadamente eventos culturais que são uma das premissas do Pavilhão Multiusos com a utilização da nave do Pavilhão das Laranjeiras. Adiantou que apesar das obras por todo o Concelho, nunca escondeu a necessidade de uma cidade âncora e forte pelo que em nada se arrepende dos fortes investimentos a ser feitos na cidade sede do Concelho sem menosprezo de todas as outras. Observou que ter um Auditório Municipal, um Centro de Congressos, uma piscina ao ar livre e um pavilhão na cidade sede do Concelho e o Estádio Municipal, é uma estratégia a defender. Quanto à questão do realojamento da Comunidade Cigana, considerou que esta é uma problemática de habitação social



no sentido de se proporcionar melhores condições de habitabilidade a quem não tem condições condignas. Lembrou o empenho do executivo e em especial da vereadora da Ação Social na apresentação da candidatura ao IHRU - Programa 1º Direito, a qual já está aprovada e cujo contrato será assinado no início de janeiro. A este respeito, informou ainda que estão já a ser executados os projetos de arquitetura e das especialidades das habitações sociais, que permitirão ao Município o realojamento daquela Comunidade e conseqüentemente aumentar a habitação social em Paredes. Deu conta da aquisição dos terrenos onde se encontra instalada a Comunidade Cigana por forma a que em janeiro se inicie essa obra que é outro dos compromissos que a partir de 2021 vai começar a aparecer no terreno. Relativamente ao processo relacionado com a construção dos centros escolares, manifestou a sua admiração pelo facto da deputada Ana Raquel desvalorizar e omitir o processo judicial que está em curso. Esclareceu que, numa primeira fase, o Ministério Público manifesta indícios e acusa os arguidos de tais indícios e numa segunda fase, decide se vai haver julgamento ou não. Lembrou que quando os indícios são fracos, não há lugar a julgamento, ao contrário de quando os indícios são fortes em que há lugar a julgamento o que vai acontecer relativamente ao processo em causa em que há arguidos indiciados do crime de prevaricação. Referiu que, apesar de parecer coisa pouca, os crimes de prevaricação têm uma moldura penal que vai de 2 a 8 anos, factos omitidos pela deputada do CDS-PP. Considerou que este é um processo que vai fustigar muito os paredenses porque dele resultaram graves problemas nos centros escolares alguns dos quais estão já a ser resolvidos. No que concerne à intervenção do deputado **Joaquim Bessa**, reiterou que existem obras a decorrer por todas as freguesias, já foi feita a política de delegação de competências, por exemplo, a colocação de grades na Rua da Presa será por delegação de competências tal como outras obras que decorrem em Astromil. Relativamente aos problemas na EN15, lembrou que é uma competência da IP junto da qual a Câmara Municipal tem reclamado a sua intervenção. Lembrou que já foram executados passeios na freguesia de Astromil, nomeadamente na Estrada Municipal e que se aguarda a autorização da IP para a realização do passeio que vai percorrer toda a EN15 desde Vandoma até Gandra. Disse que muito ainda há a fazer, mas lembrou que o atual executivo só entrou em funções em 2017 e lamentou que o executivo anterior não tivesse feito em Astromil o que o atual executivo já fez em apenas 3 anos de mandato. Advertiu para o facto de os problemas em Astromil não terem aparecido só a partir de 2017 e lembrou a necessidade de se dar mais tempo e apoio ao executivo. Quanto à ETAR de Campo, esclareceu que as obras estão na sua fase final pelo que, a partir de 2022, tal como consta



do anexo do Orçamento Municipal para 2021, em que foram identificados alguns dos investimentos a fazer em água e saneamento em algumas freguesias, Astromil será uma das contempladas. Às questões colocadas pelos deputados **João Gonçalves** e **Belmiro Sousa**, referiu a necessidade de o executivo avançar com o resgate justamente para se poder igualmente avançar com as candidaturas a fundos comunitários para as obras de saneamento. Revelou que houve uma candidatura submetida no presente mês para saneamento nas freguesias de Recarei e Sobreira, cerca de 1,5 milhões de euros para cada uma das freguesias. Destacou que, por essa razão, no próximo dia 28 se realizará uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, pois que, já decorreram os prazos para que o resgate seja deliberado pela Assembleia Municipal por forma a contar o ano para a assunção do serviço em causa. Acrescentou que tal facto permitirá que se avance com os investimentos previstos com a aprovação da respetiva candidatura. Referiu que o exemplo de Paredes está a ser seguido por outros Municípios como Santo Tirso que solicitou apoio a Paredes. Às questões colocadas pelo deputado **Tomás Correia**, referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Cete era o exemplo vivo daquilo que é ser ingrato, pois que, foi aprovado mais um subsídio de 275 mil euros para uma das maiores instituições da sua freguesia, facto que mereceria o seu agradecimento como o fez a deputada Ana Paula Gomes. Adiantou que quem ouve o Presidente da Junta de Freguesia de Cete falar, fica com a ideia de que o executivo tem ostracizado a freguesia de Cete. Lembrou que os primeiros investimentos em passeios assim como as primeiras pavimentações com a máquina do Município, foram realizados na freguesia de Cete. Destacou a execução do Parque Urbano de Cete, uma obra que pretende também levar a efeito em todas as freguesias no caso de continuar como Presidente da Câmara. Quanto à questão da colocação de blocos em habitação abandonada, acusou o Presidente da Junta de Freguesia de Cete de incompetência e lembrou que o processo em causa teve o seu início em 2013, quando ainda não era Presidente da Câmara nem o Senhor Vice-Presidente tinha qualquer responsabilidade. Revelou que, em 2016, o processo foi arquivado sem que o Presidente da Junta de Cete nada dissesse e só porque existiram problemas se lembrou de voltar a solicitar a resolução de um dilema que, por ele próprio, já tinha sido dado como resolvido não estando resolvido. Afirmou que a Câmara Municipal assumirá por inteiro a resolução do assunto em causa, identificadas que estão as necessidades sem que seja necessária a colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de Cete. Quanto à referência ao empresário que pretende investir em Cete, referiu que a Câmara Municipal está de portas abertas como o tem feito com todos os empreendedores que se queiram fixar no



Concelho de Paredes. Adiantou que o Município está prestes a terminar a construção de um loteamento que foi a contrapartida do pagamento do terreno onde está erigido o Centro Escolar, facto que não deixava de ser um investimento. Advertiu que na sua presidência, quando for necessário adquirir um terreno para fazer investimento é para ser imediatamente pago, ao contrário do que fazia o anterior executivo. Quanto à intervenção da deputada **Ana Paula Gomes**, agradeceu o reconhecimento pelo apoio dado aos Bombeiros de Cete e reconheceu que é obrigação do Município fazê-lo. Realçou que os pilares da Proteção Civil no Concelho assentam no trabalho dos Bombeiros e acrescentou que qualquer gasto com os Bombeiros é dos melhores investimentos que se pode fazer, pelo que o executivo prosseguirá com a mesma política. Adiantou que, tal como disse o deputado **Luís Garcia**, o executivo está a fazer investimento ao mesmo tempo que melhorou a situação financeira do Município. Defendeu que este facto não acontece por acaso, mas graças a muito trabalho e planeamento e lembrou que quando assumiu a presidência da Câmara Municipal, os Bombeiros de Baltar já tinham assumido uma candidatura para obras na sua cantina. Acrescentou que foram necessárias outras obras, nomeadamente a pavimentação exterior, uma obra com o investimento do Município. Destacou ainda outros apoios do Município a outras corporações de Bombeiros do Concelho no sentido de dotarem os seus quartéis também de camaratas femininas, pois que cresce a comunidade feminina que se dedica a esta causa, como é o caso dos Bombeiros de Rebordosa. Anunciou ainda o apoio à construção do novo quartel dos Bombeiros de Lordelo que brevemente terá o seu início assim como às obras a levar a cabo no quartel dos Bombeiros de Paredes. Revelou que, uma vez que os Bombeiros de Cete são a única corporação do Concelho que não dispõe de um posto de emergência do INEM, o executivo está em negociações com o respetivo Ministério no sentido de que tal facto passe a ser uma realidade. No que concerne às medidas adotadas pelo Município junto da comunidade escolar em função da pandemia, referiu que a Câmara Municipal tem custos adicionais com o transporte escolar para conseguir respeitar as normas e que tem merecido o acompanhamento muito próximo do vereador do Pelouro. Acrescentou que serão feitas aberturas nas salas de aula dos centros escolares que foram construídos sem as mesmas com vista a uma maior ventilação conforme as normas prescritas pela DGS. Observou que mais do que investimentos em instalações e adaptação, são necessários mais meios humanos para acompanhamento das crianças. Deu conta do esforço extraordinário do Município no sentido de dotar os centros escolares de mais meios humanos, para o que foram contratados mais 22 auxiliares de educação. Realçou que a Câmara Municipal tem



sido igualmente incansável no fornecimento de EPI's para toda a comunidade escolar para que todos se sintam com a máxima segurança, estando já disponíveis os EPI's para o segundo período. Às questões colocadas pela deputada **Sofia Arrepiã**, reiterou que a Câmara Municipal tem prestado apoio financeiro na defesa intransigente do Hospital Padre Américo, assim como tem estado atenta ao evoluir da situação, juntamente com os outros municípios abrangidos por aquele hospital. Relativamente às questões colocadas pelo deputado **Soares Carneiro**, referiu que de nada adianta tentar repor a verdade com mentira, pois que, faz alusão à omissão de documentos e acusou aquele deputado de ser o próprio a falar de forma balofa e sem documentos. Referiu que irá juntar toda a documentação relacionada com o processo de resgate onde se incluem os estudos e cálculos feitos que permitiram chegar ao valor da indemnização. Desafiou o deputado Soares Carneiro a que, na sessão extraordinária de 28 de dezembro, especialmente dedicada à questão do resgate, apresente também ele os seus estudos que fundamentem os valores entretanto referidos por si. Lembrou que até 2008, estes contratos não previam que em situações de resolução a questão se resolvesse por ato administrativo. Advogou que, se a Câmara Municipal avançasse para a resolução defendida pelo PSD durante 10 anos se iria andar a discutir valores, situação indesejada pelo executivo municipal. Referiu que o que se pretende é que o resgate opere como ato administrativo pelo que, após aprovação do resgate e da constituição dos SMAS de Paredes, será a Be Water notificada desta decisão, começando a contar o prazo de 1 ano para que o Município retome aquele serviço. Acrescentou que em 2022 estarão constituídos os SMAS de Paredes para assim se avançar em força para a questão da água e do saneamento. Acusou o PSD de fazer chicana política com um assunto tão importante para o Concelho de Paredes pelo que mais valia dizer que querem que o serviço continue nas mãos dos privados sem que façam nada, aceitando-se simplesmente a situação. Destacou a coragem do executivo em fazer os cálculos e chegar à conclusão de que é vantajoso para o Município pagar o resgate. Acrescentou que com o que vai receber da Be Water, juntamente com fundos os comunitários, o Município conseguirá sem grande custo, libertar meios para pagar parte do resgate. Defendeu que os paredenses estão preocupados em usufruir de água e saneamento como deve ser. Às questões colocadas pela deputada **Sara Leal**, referiu que a Câmara Municipal submeteu 4 candidaturas para a criação de mais creches no Concelho de Paredes em colaboração com IPSS, aproveitando escolas desativadas em pontos diferentes do Concelho de Paredes nomeadamente em Paredes, Duas Igrejas, Rebordosa e Gandra. Revelou que a Câmara Municipal vai apresentar 14 candidaturas de IPSS do Concelho a várias



valências tais como centros de dia, lares e apoio ao domicílio. Destacou todo o empenho do executivo no apoio às referidas candidaturas, nomeadamente nos estudos de arquitetura como no caso de Vilela, além do apoio financeiro que dispensará às mesmas. Relativamente à intervenção do deputado **Luís Garcia**, afirmou que as referências a Paredes no anuário financeiro, vão continuar a aparecer. Adiantou que o Município começou tarde a fazer investimentos, pois que, não tinha acesso a fundos comunitários. Acrescentou que, uma vez resolvida a questão, houve que preparar as respetivas candidaturas para avançar com os investimentos que presentemente estão em pleno pelo que não admira que Paredes tenha sido considerado o Município com mais investimento em 2019. Observou que, devido aos fundos comunitários, foi possível fazer investimento sem aumentar a dívida. Às questões colocadas pelo deputado **Rui Silva**, referiu que está previsto que as obras do Pavilhão das Laranjeiras e da piscina estejam concluídas em junho de 2021. Quanto ao auditório, decorre o concurso e no dia 7 de janeiro saber-se-á o vencedor do concurso sendo uma obra para iniciar em 2021. No que diz respeito ao Estádio Municipal e após ter sido conhecida a proposta vencedora, será adjudicada a obra para ulterior decisão do Tribunal de Contas, prevendo-se que as obras se iniciem em abril. Observou que o parque de estacionamento junto à estação de Paredes ficará concluído muito em breve dado o avanço da obra.

Defesa da honra do deputado Tomás Correia – Referiu que absolutamente nada o move contra o Presidente da Câmara e lamentou a forma ríspida como o Presidente da Câmara se lhe dirigiu. Acrescentou que sempre defenderá a sua freguesia ao contrário de um deputado que nunca o fez. Refutou a acusação de incompetência e realçou que é Presidente de Junta tendo ganho 3 mandatos seguidos e que não se sabia se o Presidente da Câmara fará 3 mandatos seguidos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de atividades municipais e situação financeira do Município, o qual foi previamente remetido a todos os senhores deputados.



2 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PAREDES - 1º SEMESTRE DE 2020 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Paredes - 1º semestre de 2020, o qual foi previamente remetido a todos os senhores deputados.

3 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2020/09/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de setembro de 2020, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 42 membros presentes, a *“ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de setembro de 2020”* que foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

4 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2020/10/13 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 13 de outubro de 2020, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, a *“ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 13 de outubro de 2020”*, com 40 votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS-PP e CDU e 02 abstenções dos deputados Marta Daniela Moreira Martins e Jorge Manuel Ferreira Coelho, da bancada do PS.



5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO VI - ARTº 46º E 47º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a proposta de alteração do Capítulo VI - Art.º 46º e 47º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

Presidente da Assembleia - Esclareceu que o objetivo da proposta ora em discussão é o de transformar a Conferência de Líderes que, entre outros assuntos, serve de preparação para as sessões da Assembleia Municipal, numa Comissão Permanente à Mesa da Assembleia Municipal. Referiu que a Comissão Permanente passa a ter uma ação ainda mais ativa no papel da Assembleia Municipal e dá algum poder representativo aos seus membros. Acrescentou que, da mesma forma, a criação da Comissão Permanente permite a resolução de um problema administrativo relacionado com o pagamento das senhas de presença e subsídio de transporte nestas reuniões, eliminando-se as dúvidas existentes. Afirmou que dado o facto de não ter sido ainda revisto o Regimento da Assembleia Municipal, é apresentada a presente proposta sem embargo de, posteriormente, poder ser revisto o Regimento ou serem apresentadas outras propostas de alteração.

Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu que, pese embora todo o respeito pela iniciativa do Presidente da Assembleia e da Mesa, a bancada da CDU votará contra a proposta em questão a qual merece uma análise mais profunda. Defendeu que a alteração proposta envolve questões relacionadas com a nomenclatura, competências e direitos de uma entidade chamada "*Conferência de Líderes*" ou mais vulgarmente chamada "*Reunião de Líderes*" dos diferentes grupos parlamentares representados na Assembleia. Sublinhou que, para a CDU, nada é imutável em termos de exercício de atividade política no Concelho, antes se adequam alterações que a vida mostre que, respondendo a problemas reais, permite superá-los. Adiantou que, com base na experiência, não havendo tais problemas, manda a prudência não mudar por mudar. Advogou não existirem problemas de representação, de eficácia, de pluralismo no funcionamento democrático da Assembleia Municipal, de não existirem sinais de menor vitalidade da Assembleia na



fiscalização, na decisão do debate político na apresentação de propostas e que igualmente não havia um consenso imperioso para tal reformulação do Regimento, estando muito longe de ser preocupação prioritária para a CDU. Adiantou que se pretende criar uma Comissão Permanente de Representantes e perguntou: permanente porquê? De um órgão autárquico importante e decisivo, mas que se reúne meia dúzia de vezes por ano? Órgão consultivo da Mesa da Assembleia Municipal porquê? Esse órgão consultivo integra a própria Mesa e é presidido pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal e com uma possível representação da Câmara Municipal? Que autonomia tem a Assembleia Municipal? Em que assuntos a dita Comissão se pronuncia? Para acompanhar a deliberação e execução das deliberações tal como vem nos documentos distribuídos não são suficientes as atas, os serviços de apoio à Assembleia Municipal, a responsabilidade política do Presidente da Assembleia Municipal e da Mesa, o controlo democrático de todos como membros da Assembleia? A introdução no *Período da Ordem do Dia* de vários assuntos de interesse público não cria um grau de discricionariedade e de relativismo que são desnecessários? Qual a razão de se esvaziar o conteúdo dos plenários, a sua verdadeira dimensão e importância atenta à sua composição plural, a legitimidade diversa dos membros da Assembleia e o espaço e a experiência de troca de ideias? Realçou que, o passado de que todos se orgulham teve episódios de consenso e alguns de radical divergência, de alinhamentos e de compromissos comuns que não se deve esquecer. Observou que sempre funcionou a regra da decisão democrática, 1 pessoa 1 voto, a vontade maioritária, por vezes, quando não foi possível a unanimidade. Realçou que a CDU não vê como desejável a institucionalização de um filtro, uma triagem de uma entidade dotada de poderes substitutiva da participação de cada um, sejam eleitos diretos, presidentes de Junta ou seus representantes. Afirmou que é a Assembleia Municipal a funcionar desta forma a fonte da legitimação pelo que, a CDU não abdica desta formulação em que, mesmo numa bancada de estritos 2 elementos, em que há um contributo conjunto, mas também individualizado de cada um dos elementos. Adiantou que a democracia em Paredes não surgiu em meados da segunda década deste século, pese os atropelos que muitas vezes se veem. Referiu que era com a convicção de, apesar dos bons propósitos da presente proposta, a mesma não se ajusta ao poder local que existe e que a CDU pretende e reiterou o voto contra da a sua bancada. Realçou que, ligar



a criação de uma nova estrutura ao problema das senhas de presença, era um grave *tiro no pé* que todos, como membros da Assembleia Municipal, poderiam estar a dar.

Joaquim Bessa (PSD) - Manifestou a sua concordância com a proposta ora em discussão pelo que votará a favor da mesma. Aproveitou para solicitar uma revisão ao Regimento da Assembleia Municipal, pois que, não acha justo que as bancadas sejam impedidas de se manifestar tal como acontece na Assembleia da República. Lamentou o facto de os vereadores, que durante as Assembleias são visados não tenham direito a defesa, independentemente da sua cor partidária. Defendeu que os vereadores não deveriam depender da anuência Senhor Presidente da Câmara Municipal para usar da palavra para se defenderem quando visados.

Rui Silva (PS) - prescindi.

Presidente da Assembleia - Esclareceu que a alteração ao Regimento já foi por si proposta e que já se arrasta há muito tempo não se tendo conseguido ainda chegar a bom porto. Observou que a Comissão de Representantes é o órgão que poderá ajudar a organizar uma proposta de regimento para que o plenário funcione melhor, tal como foi por si proposto. Realçou que a alteração proposta vai no sentido de dar alguma força à Comissão que obviamente não substitui a Assembleia Municipal.

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, a *“proposta de alteração do Capítulo VI – Art.º 46º e 47º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes”*, com 39 votos a favor das bancadas do PS e do PSD, 02 votos contra da bancada da CDU e 01 abstenção da bancada do CDS-PP.

6 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a proposta de não aceitação da transferência de competências para as autarquias locais, no domínio da Ação Social, Educação e Saúde, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

Presidente da Câmara - Esclareceu que o que se pretende com a presente proposta é a não



aceitação das competências, pois que, não estão reunidas as devidas condições financeiras.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, a *“proposta de não aceitação da transferência de competências para as autarquias locais, prevista nos seguintes diplomas: Decreto-Lei nº 55/2020, de 18 de agosto, que concretiza o quadro de transferências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social; Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferências para os órgãos municipais no domínio da Educação; Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferências para os órgãos municipais no domínio da Saúde.”*

Declaração de voto do deputado **Manuel Gomes (PSD)** - Considerou que relativamente a outras competências rejeitadas pela Assembleia Municipal, este ponto não estava bem formulado. Justificou que o PSD votou em conformidade com aquilo que era o registo da Câmara Municipal, mas não estava descrita a rejeição pelo que o ponto não foi incluído nos mesmos termos.

7 - SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (SNC-AP) - ABATE DE BENS PATRIMONIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, a *“proposta relacionada com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) - Abate de Bens Patrimoniais”*, que foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

8 - ISENÇÃO E REEMBOLSO DAS TAXAS DA FEIRA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a proposta de isenção e reembolso das taxas da Feira de Paredes, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

Cristiano Ribeiro (CDU) - Deu conta da justeza da proposta ora em discussão, dada a necessidade de reequilibrar o tecido económico, quando às grandes superfícies, lhes é permitido o



funcionamento nas condições em que está a acontecer, neste período de confinamento e de restrições. Acrescentou que é possível e necessário restabelecer algum equilíbrio económico, favorecendo, desta forma, os feirantes e o comércio assim estabelecido, que parece ter todas as condições para um funcionamento mais ou menos regular e adequado. Adiantou serem necessárias condições objetivas de sobrevivência inerente à sua atividade no presente.

Manuel Gomes (PSD) - Referiu que são evidentes os muitos lugares vazios na feira de Paredes facto que todos viam com muita tristeza. Deu conta de que o PSD votará a favor da presente proposta de isenção do pagamento das taxas da feira de Paredes, quer para o ano de 2020, quer para o ano de 2021, até porque foi apresentada pelo próprio PSD.

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 42 membros presentes, a *“proposta de isenção e reembolso das taxas da Feira de Paredes.”*

Declaração de voto da deputada **Ana Raquel (CDS-PP)** - Afirmou que o CDS votou a favor da proposta, pois que, a mesma está incluída no seu plano de apoio à economia local que, à época, não foi discutido. Acrescentou que era dever da oposição realçar o que estava bem feito pelo que se congratulava com a decisão tomada pela Câmara Municipal.

9 - REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PAREDES - VERSÃO FINAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 42 membros presentes, a *“versão final do Regulamento da Biblioteca Municipal de Paredes”* que foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

10 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foram presentes à Assembleia Municipal, os documentos previsionais para o ano de 2021, os quais foram previamente remetidos a todos os senhores deputados.



Joaquim Leal (PS) – Referiu que não se iria debruçar muito sobre números e rubricas contidas no Orçamento Municipal ora em discussão. Manifestou a sua satisfação relativamente ao investimento previsto para os Bombeiros Voluntários de Cete onde foi dirigente durante muitos anos, com um subsídio de 275 mil euros. Acrescentou que este é um subsídio que há muito vem sendo reivindicado dada a urgente necessidade de obras de requalificação do quartel dos Bombeiros de Cete, a exemplo do que tem acontecido nas restantes corporações de Bombeiros e delegações da Cruz Vermelha do Concelho. Destacou a obra de requalificação do Arraial de Parada de Todeia, após 40 anos inscrita em vários orçamentos municipais assim como o valor de 120 mil euros previsto para investimento no acesso de pessoas com deficiência motora à Junta de Freguesia de Parada de Todeia. Lamentou a ingratidão demonstrada para com o Presidente da Câmara por parte de alguns deputados nas suas intervenções, facto que o deixava chocado. Considerou que todos os deputados têm direito à crítica e que a Assembleia é o local para as fazer, desde que construtivas, mas que também devem reconhecer o que de bom tem sido feito em prol do Concelho. Afirmou que não se pode esquecer tudo o que de bom já foi feito e o que de bom está ainda para ser feito, nomeadamente a Piscina Municipal, o Centro de Congressos, a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, a reabilitação do Estádio das Laranjeiras e ainda o resgate do serviço de águas à Be Water. Realçou que o resgate permitirá avançar com as obras de saneamento muito mais depressa do que seria com a concessionária. Deu conta do projeto de reintegração da Comunidade Cigana que possibilitará melhores condições de habitabilidade àquela Comunidade, uma obra que já vem sendo falada pelos dois anteriores executivos, mas que nunca teve o desfecho que agora se prevê vir a ter. Adiantou que este facto a todos deveria orgulhar e ser motivo de satisfação, pois que, a situação atual é um mau cartão de visita para o Concelho. Destacou os apoios sociais e culturais que a Câmara Municipal tem vindo a conceder e realçou que este é um Orçamento de esperança e de investimento, que evidencia o rigor e a transparência da gestão do executivo municipal. Referiu que espera que o atual executivo tenha muitos mais anos de mandato para que, dentro de pouco tempo, o Concelho de Paredes seja um exemplo na Área Metropolitana do Porto, pois que, tem feito um trabalho de excelência.

Luís Baltar (PSD) – Referiu que na sessão de fevereiro passado, afirmou que no



Orçamento para 2020, quando comparado com o de 2019, a perda de receita de IMI era mais abrangente do que o ganho da receita em IRS. Ou seja, que o impacto para os paredenses era muito maior no IMI do que no IRS e, portanto, desvalorizou a opção política do executivo em taxar os paredenses com IRS mais alto. Lembrou que o Presidente da Câmara respondeu que, a resposta se encontrava na própria questão que então colocou. Observou que no presente Orçamento se verifica exatamente o contrário, sendo já mais significativa a abrangência do IRS do que a do IMI, isto é, no somatório dos 2 impostos, os paredenses vão ser mais taxados em 2021 do que em 2020, dava-se com uma mão e tirava-se com a outra. Observou que não conseguia compreender se se tratava de um problema ideológico ou se era apenas uma mera birra com o extermínio das boas práticas e estratégias do passado. Destacou que, desde que o atual executivo elabora orçamentos, os paredenses sempre pagaram mais IRS, imposto este pago por bem mais pessoas do que o IMI. Realçou que é exatamente no ano em que se vive maior instabilidade, que o Município vai aumentar a receita por via dos impostos diretos dos paredenses, facto que considerou incorreto. Desafiou o Presidente da Câmara a que, além da redução do IMI, facto que a sua bancada apoiava a 100%, devolvesse também o desconto do IRS aos Paredenses a que tanto estavam habituados.

Cristiano Ribeiro (CDU) – Referiu que os Documentos Previsionais para o ano de 2021 são claramente como sempre foram, um instrumento político e técnico de gestão do executivo. Acrescentou que na bancada da CDU sempre se teve a noção de que são um instrumento que servem uma estratégia do executivo que tem opções que são e poderão ser diferenciadas das da CDU, mas legítimas sendo, à partida, sufragadas pela população através do voto. Referiu que a CDU nunca teve a tentação de colocar nos Documentos Previsionais questões que o próprio executivo não considera importantes, relevantes ou prioritárias. Defendeu que para tal, a CDU tem como critério atentar às notas justificativas e fundamentos para as propostas. Sublinhou que para a CDU eram muito claras as opções assumidas pelo executivo camarário. Observou que, discordando-se ou não das obras, as mesmas são anunciadas e estão programadas, tendo-se já assistido ao exercício de quando estarão terminadas, pelo que importava salientar a frontalidade e a transparência demonstradas. Reiterou que a CDU não tinha a tentação de introduzir o seu programa eleitoral anterior e futuro, pois que se tratava de um exercício de exibição de existência,



uma prova de vida desnecessária. Revelou que a CDU não acompanha algumas das obras por não as considerar prioritárias e que não era preciso a questão da pandemia que acentuou este facto. Adiantou que tão somente nunca as implementaria ou proporia, nomeadamente o auditório, pese embora reconheça a necessidade de reabilitação daquele espaço com outro projeto. Considerou igualmente uma obra não prioritária, a construção da piscina ao ar livre em Paredes, facto para o qual a CDU não estava sensibilizada. Salientou que era timbre da CDU não se agarrar aos valores do IMI, das taxas, da Derrama, pois que, sendo importantes, não são estes aspetos que qualificam um Orçamento. Defendeu que um Orçamento poderia ser ótimo com um IMI, que é um imposto de património, crescente ou com o adicional de 5%. Realçou que um orçamento pode ser muito bom ou muito mau, independentemente das opções que sobre estes valores se possam fazer. Salientou que quando se diz que se está a apoiar as famílias e as empresas, para a CDU o mais importante são as pessoas e sempre na lógica de que, os mais desfavorecidos devem ser objeto de proteção da autarquia e de uma política autárquica. Realçou a expansão da Zona Industrial de Parada/Baltar que ainda tem muitas potencialidades tal como outras zonas industriais, facto que considerou importante para o Concelho, para o emprego e para a produção nacional. Destacou a importância destas propostas, num tempo em que é preciso criar e defender o emprego e a produção nacional. Relativamente ao canil municipal, referiu que este não era um problema temporal de um ou outro acontecimento adverso, mas sim um problema estrutural de uma prática e de uma atividade autárquica. Acrescentou que é um assunto de grande relevância e em que as soluções apontadas são muito importantes. No que concerne ao realojamento da Comunidade Cigana, disse esperar por factos no terreno e que, sem duvidar de que vai ser possível, deveria ser possível já e não prolongado no tempo. Realçou o facto de o presente Orçamento, ao contrário do que aconteceu com outros executivos camarários, ter sido objeto de uma auscultação dos partidos representados na Assembleia Municipal. Referiu que uma das preocupações da CDU se prende com o saneamento básico, sendo mesmo a prioridade das prioridades. Manifestou a sua preocupação relativamente à situação real do associativismo no Concelho durante e pós pandemia, pois que, é muito diversificado e que sofreu e está a sofrer uma rarefação e uma destruição resultantes das condições objetivas de vida das pessoas. Apelou à



sensibilidade dos pelouros que tratam daquelas áreas, nomeadamente das áreas cultural, social e desportiva para a necessidade de revitalização de todo um conjunto de instituições, de forças vivas e de protagonismos que são necessários. Considerou que vai ser necessário um esforço redobrado para transformar e revitalizar associações de todo o tipo. Alertou para a questão do Mosteiro de Cete que parece ser um problema insolúvel, no qual não acredita e adiantou que há passos que têm que ser dados, sendo que o amanhã já é tardio. Questionou se a história e o que representa o Mosteiro de Cete não exigiria uma intervenção de outro tipo que resolvesse o problema? Relativamente à questão dos rios e ribeiros do Concelho, afirmou que já vai sendo tempo de se assumirem programas específicos de salvaguarda dos rios, das suas margens e até da vivência das populações que deles usufruem sob o ponto de vista do lazer.

Ana Raquel (CDS-PP) – Referiu que este é o quarto orçamento apresentado pelo executivo, um orçamento em ano de eleições que poderá ser o último, pelo que convinha fazer uma análise retrospectiva e confrontar os compromissos eleitorais assumidos e que levaram os eleitores a votar no PS. Uma das promessas eleitorais feitas pelo PS foi a de atribuir um subsídio anual de 600 mil euros para a criação de emprego jovem, uma promessa nunca cumprida, uma primeira mentira. Lembrou que outra das promessas foi a de baixar o preço da água, mas que continua a ser uma das mais caras do País e considerou que o Concelho está pior do que há 3 anos. Acrescentou que além da água ser cara, o Presidente da Câmara decidiu entrar em conflito com a empresa distribuidora que resultou num pedido de indemnização de 200 milhões de euros, sabendo todos quem pagará, não se sabendo, porém, quando nem como terminará. Afirmou que fruto das quezílias e da falta de poder negocial do executivo municipal, a Be Water, que no início da pandemia dava uma moratória de 90 dias para as pessoas com dificuldades para pagar a água pudessem fazê-lo com mais tempo, acabou com a moratória. Deu conta de que, por tais factos, neste momento, ao fim de 20 dias após a receção da notificação a água pode ser cortada ficando os munícipes sem este bem essencial. Adiantou que outra promessa feita e ainda disponível no site alexandrealmeida.pt, foi a do aumento da rede de saneamento básico. Perguntou quantos quilómetros de saneamento básico foram construídos? Nenhum metro. Observou que no Orçamento ora em discussão é anunciado o saneamento no Sul do Concelho nas freguesias de Recarei e Sobreira e que espera que o



que parece ser venha a ser. Advertiu para o facto de a Be Water ser responsável pela construção da rede de saneamento no próximo ano e nos seguintes. Questionou sobre qual a lógica de ser a Câmara Municipal a executar uma obra da responsabilidade de privados e, para cúmulo, com fundos comunitários? Considerou que esta era uma impossibilidade legal, pese embora o Presidente da Câmara continue a afirmar que o fará. Ainda relativamente à rede de saneamento em Recarei e na Sobreira, observou que o Presidente da Câmara tornou público que esta obra rondará os 30 milhões de euros. Perguntou como se pagará esse saneamento agora inscrito no Orçamento sendo que a concessão é e será da Be Water enquanto não for decidido o contrário? Referiu que só se poderá fazê-lo juntando-se várias condições, todas elas de impacto negativo para os consumidores, endividando a autarquia e obrigando os consumidores das áreas cobertas de saneamento já sacrificados com os custos de ligação. Adiantou que desta forma dar-se-ia razão aos que afirmam que a Câmara pagaria o saneamento destas duas freguesias do Sul do Concelho com o dinheiro dos consumidores das freguesias do Norte. Realçou que, pior ainda, se viesse a ser construído o saneamento em Recarei e na Sobreira, os custos da ligação à rede e os preços da água e do saneamento seriam ainda mais elevados do que nas outras freguesias, facto que talvez se venha a tornar insuportável para a população do Sul do Concelho. Considerou que os Documentos Previsionais não correspondem às expectativas criadas pelo PS junto dos eleitores que esqueceu o que prometeu fazer, para fazer aquilo que nunca prometeu. Referiu que o Orçamento não inclui um fundo de emergência municipal que foi uma das propostas apresentadas pelo CDS para minimizar as consequências da pandemia junto das pessoas e das empresas. Observou que o CDS só podia concluir que o Presidente da Câmara, mais uma vez, em vez de querer ouvir a oposição como pressupunha o convite aos partidos, queria mais do mesmo, tirar umas fotografias para fazer de conta que faz, que é coisa que faz com frequência. Afirmou que retirava do documento ora em análise o que deles é mais evidente, aumento das despesas com o pessoal. Salientou que o CDS votará sempre a favor da contratação de pessoal se a isso obrigarem naturalmente as necessidades do Concelho. Considerou escandaloso e até um atentado ao bom nome que se continue a assistir à contratação da clientela partidária do PS que procura emprego, mas não quer trabalho. Realçou que o Orçamento apresentado não é uma solução para os problemas do Concelho, antes aumenta os



problemas já existentes. Defendeu que o mesmo não se preocupa com o desenvolvimento equilibrado de todas as freguesias, sendo um manifesto negativamente discriminatório entre as freguesias do Concelho, acentuando desigualdades e assimetrias. Manifestou a sua veementemente oposição a estes documentos que não dizem o que o Concelho deve ser no futuro, sendo um orçamento sem alma nem coração num momento pouco próprio para isso.

Tomás Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Cete – prescindi.

Soares Carneiro (PSD) – Referiu que na nota explicativa dos Documentos Previsionais, o Presidente da Câmara tem três prioridades: poupança e política de contenção, diminuição da carga fiscal e apoio às famílias e às empresas e retoma do investimento. Observou que falar em poupança e diminuição da despesa mais não era do que iludir uma vez mais os paredenses. Realçou que, a despesa corrente prevista para 2021 será de 36,31 milhões de euros e a despesa corrente real no último ano da gestão do PSD em 2017, ano de eleições, foi de apenas 26,7 milhões de euros. Continuando a comparação com o ano de 2017, adiantou que está prevista uma despesa de mais de 9 milhões de euros e que em relação a 2020, o Presidente da Câmara até confessa a folhas 6 do documento que a despesa corrente aumentará 600 mil euros. Realçou que os custos com o pessoal aumentaram mais 2,1 milhões de euros comparativamente a 2017, que eram de 10,89 milhões e passarão a ser de 12,97 milhões de euros. Relativamente a aquisição de bens e serviços correntes que não bens de capital, aumentará mais de 5 milhões de euros em relação a 2017, mais 4,6 milhões em relação ao ano de 2018, primeiro ano de gestão do executivo. Questionou onde estavam a contenção, o rigor e a prudência tão propalados pelo Presidente da Câmara? Salientou que, a não serem verdadeiros os números do Orçamento para 2021, então o Presidente da Câmara está propositadamente a enganar os paredenses e nem saberia como classificar tal embuste. Considerou que, ao contrário, se os números são verdadeiros, o rigor e a prudência do Presidente da Câmara são uma falsidade repetida ao longo destes anos. Relativamente à diminuição da carga fiscal e ao apoio às famílias, acusou o Presidente da Câmara de ter enganado os paredenses quando, nas eleições de 2017, para ser eleito, prometeu baixar o IMI de 0,4% para 0,3%. Voltou a enganar os paredenses quando, em 2018 e 2019, afirmou repetidamente que a diminuição da taxa de IMI para 0,3% implicaria a perda de 2 milhões de euros de receita. Afirmou que uma



mentira repetida pelo Presidente da Câmara e propalada pelos deputados do Partido Socialista não deixava de ser uma mentira, tal como se vê pelo Documento ora em discussão. Acrescentou que a receita do IMI em relação a 2017 diminuirá apenas 394 mil euros, muito longe daquele fantasioso número dos 2 milhões de euros que o PS quis vender. Destacou o aumento da receita com o IRS, cuja taxa subiu de 4% para 5% em 2019, que se cifrou em 900 mil euros. Adiantou que só esta subida chegava para compensar os 340 mil euros da descida do IMI e ainda sobravam 500 mil euros para outras atividades. Realçou igualmente a subida do IMT em 247 mil euros relativamente ao ano de 2017, assim como a Derrama para as empresas que subiu 0,5 milhões de euros, apesar deste ano consagrar uma isenção para as empresas que faturem menos de 150 mil euros. No que concerne ao imposto de circulação automóvel, aumentou 343 mil euros. Saliou que este Orçamento desmascara completamente o Presidente da Câmara perante os paredenses. Justificou que confirma o malabarismo dos números que sempre fez e a forma como sempre procurou iludir os paredenses, dando-lhes uma migalha de 394 mil euros e sorrateiramente, em impostos, retira-lhes mais 1,9 milhões de euros do que em 2017, apenas no ano de 2021. Revelou que em 2018, a receita com impostos subiu 1,1 milhões de euros, em 2019, já descontando a descida do IMI, a receita aumentou 1,29 milhões de euros. Em 2020, segundo o Orçamento, aumentará 1,39 milhões de euros e em 2021, também descontando a descida do IMI, aumentará mais 1,5 milhões de euros. Adiantou que, tudo somado, resulta num acréscimo de receita acumulada de impostos entre 2018 e 2021 de mais 5,28 milhões de euros que foram sorrateiramente retirados às famílias e às empresas de Paredes. Acrescentou que era esta a diminuição da carga fiscal do executivo e que é isto que terão de explicar aos paredenses quando votarem favoravelmente um orçamento que por mais um ano lhes cobra mais 1,9 milhões de euros em troca dos 394 mil euros resultantes da descida do IMI. Observou que isto sim, era ser amigo dos Paredenses e das empresas, sobretudo num ano de pandemia e de uma profunda crise social e económica. Adiantou que a realidade e a verdade vêm sempre ao de cima e que os factos acabam sempre por desmontar as ilusões e as mentiras e que esta era a poupança do executivo, mais despesa corrente e mais 5,28 milhões de euros de impostos cobrados aos paredenses durante 4 anos de mandato do PS. Realçou que, sobretudo a partir de 2018, o executivo tem beneficiado da implantação do regime



financeiro das autarquias locais pelo Governo PS que permitirá que, só em 2021, a Câmara Municipal de Paredes, relativamente a 2017, receba mais 2,81 milhões de euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Mais 5,1 milhões de euros de transferências correntes que nada tem a ver com transferência de capital, mais 7,9 milhões de euros do que em 2017, mais 4,4 milhões de euros do que em 2020. Afirmou que as poupanças do executivo se refletem em mais receitas de impostos, mais receitas de transferências correntes do Estado e mais despesas e lembrou a verba ilusória de 14,9 milhões de euros de ativos financeiros. Lembrou o facto de o Presidente da Câmara ter processado criminalmente o anterior Presidente da Câmara, por lançar nos orçamentos receita de capital que eram ilusórias. Acusou-o de agora, descaradamente, sem pudor nem vergonha, ao longo de 4 anos fazer exatamente a mesma coisa que fez o seu antecessor, o que seria caso para que o Alexandre Almeida candidato, apresentasse um processo crime contra o Alexandre Almeida Presidente. No que diz respeito aos investimentos, referiu o facto de Penafiel ter conseguido fundos comunitários no valor de 15 milhões e a Câmara de Paredes não chegar lá e de a Câmara de Lousada ter mais ou menos os mesmos apoios que Paredes, 13 milhões de euros. Observou que quanto ao financiamento comunitário todos estavam de acordo e que havia que felicitar o executivo por recorrer aos fundos comunitários. Lembrou que estes fundos estiveram congelados durante vários anos pelo Governo do Partido Socialista no tempo do Ministro Centeno, para controlar as despesas orçamentais. Acrescentou que agora no fim do Quadro Comunitário de Apoio, o Governo está aflito e manda gastar de qualquer forma, de qualquer jeito e a qualquer força, porque tem 12 mil milhões de euros do Quadro Comunitário 2020 para gastar e não sabe o que lhes fazer. Questionou sobre qual a necessidade da *Bazuca* se ainda não se gastou os 12 mil milhões de euros do Quadro Comunitário que agora está a terminar? Referiu que não se sabe se os paredenses estavam de acordo com a forma como o executivo utilizou os fundos, pois que, quando se gastam de forma apressada e pouco pensada, faltam depois fundos para aquilo que é essencial. Deu como exemplo as escolas de Lordelo e Rebordosa que considerou ter sido um frete do executivo ao Governo do Partido Socialista para beneficiar o Governo, 2,45 milhões de euros, o Estádio das Laranjeiras, 2,47 milhões de euros sem quaisquer apoios comunitários, piscina ao ar livre, 1,4 milhões de euros também sem financiamento de fundos comunitários, Cidade Desportiva de Paredes, onde



recentemente e à pressa se gastou dinheiro devido ao jogo com o Benfica, mais 0,5 milhões de euros, Pavilhão Multiusos, 2,7 milhões de euros, sendo 1,4 milhões de euros de apoios comunitários, Auditório Municipal que custará no total 7,8 milhões de euros, sendo 3,6 milhões de euros gastos em 2021 e o realojamento da Comunidade Cigana que custará 3 milhões de euros. Questionou se estavam os paredenses de acordo com estas prioridades? Será que estes investimentos feitos sem estudos e sem uma visão estratégica são aqueles que poderão elevar Paredes para um outro clima de eficiência, de satisfação e de competitividade? Era disto que Paredes precisava? Afirmou que por tudo o que se viu, o Presidente da Câmara devia um pedido de desculpas aos paredenses por ter enganado e tentado iludir e por, apesar da pandemia e da crise social e económica, ainda ter o descaramento de retirar mais 1,9 milhões de euros de impostos a troco de 394 mil euros de redução de IMI. Destacou que, ainda assim, falar de uma diminuição da carga fiscal era um verdadeiro escândalo e era preciso ter descaramento.

Rui Silva (PS) – Referiu que o Orçamento em discussão é uma proposta de continuidade do investimento com grandes preocupações sociais e com uma nova redução da carga fiscal. Acrescentou que as escolhas feitas são escolhas responsáveis e com um rumo definido, sem cair em loucuras ou devaneios como outrora, mas sim com a responsabilidade e o rigor exigidos a quem governa os destinos do território. Adiantou que, nos últimos 3 anos, tem sido um caminho difícil a que se juntou a pandemia do novo Corona vírus que criou um enorme choque global. Tal facto fez-se sentir no Concelho de Paredes onde o executivo municipal tem procurado afincadamente atuar de uma forma assertiva e rápida. Destacou o apoio às famílias, às empresas e às instituições que têm desempenhado um papel imprescindível neste combate. Observou que a contenção de custos, recorrendo sempre que possível a meios próprios, o cálculo da despesa, sempre na ótica da redução da dívida acumulada, faz com que as competências e obrigações do Município se desenvolvam e alicerces na transparência, no rigor e na eficácia. Afirmou que o executivo tem procurado sempre direcionar os recursos existentes para os apoios sociais, para que os investimentos a realizar sejam de enorme importância para o Concelho. Realçou que os apoios às empresas permitem que estas fomentem a criação de riqueza e promovam o desenvolvimento do tecido empresarial do Concelho de Paredes. Salientou que, no presente Orçamento se destaca o facto de os paredenses passarem a ter



a mais baixa taxa de IMI de sempre em democracia, 0,3%. Realçou que, desta forma, se cumpre mais uma promessa eleitoral feita em 2017, permitindo uma redução da carga fiscal às famílias, a que se continua a juntar o desconto de 40 € por 2 descendentes e de 70 € por 3 ou mais descendentes. Igualmente destacou o reforço do apoio financeiro previsto para as corporações de Bombeiros e delegações da Cruz Vermelha do Concelho bem como às IPSS. Relativamente às áreas da Saúde, Habitação, Educação e Cultura, referiu que continuam a merecer especial atenção do executivo mesmo apesar dos tempos difíceis que o País atravessa. Acrescentou que aquelas áreas não têm sido descuradas, sendo prioritário o melhoramento das condições de acessibilidade. Realçou o apoio concedido às empresas que faturarem até 150 mil euros/ano em 2021, com a isenção do pagamento da Derrama que deixou de ser de 0,5%, bem como a continuidade na captação de novos investimentos. Defendeu que desta forma se fomenta a criação de emprego e incentivos às pequenas e médias empresas de que destacou o trabalho desenvolvido pelo respetivo pelouro. Afirmou que o recurso aos fundos comunitários continuará a ser fundamental com vista à concretização dos investimentos de grande importância e significado para o Concelho. Considerou que esta foi uma das grandes vitórias do presente mandato. Lembrou que o acesso aos fundos comunitários estava vedado ao Município de Paredes devido ao comportamento do anterior executivo. Considerou que os fundos comunitários proporcionam a possibilidade de um conjunto de obras que permitem, por um lado, a reabilitação/requalificação de equipamentos essenciais ao bem-estar dos habitantes. Por outro lado, permitem a construção de novas infraestruturas que vão eliminar algumas lacunas ainda existentes em várias áreas. Adiantou que o acesso a fundos comunitários permite ainda o aumento da oferta de equipamentos ao serviço da comunidade e economia local, numa perspetiva de desenvolvimento mais uniforme e sustentado. Referiu que será igualmente com recurso a fundos comunitários que, apesar da aparente vontade contra do PSD, se dará início em 2021, à execução do saneamento básico nas freguesias de Recarei e Sobreira. Adiantou que este será o início de um longo caminho a percorrer para que finalmente o Concelho fique dotado com a indispensável rede de água e saneamento, o que acontecerá em 2022, com o regresso destes serviços aos SMAS de Paredes. Realçou a concretização de grandes investimentos com a conclusão de obras emblemáticas e o arranque de outras, já em 2021, todas elas de grande importância



para o Concelho de Paredes. Finalmente, destacou também o aumento dos valores a transferir para as juntas de freguesia e sustentou que, pelos motivos apresentados, o PS só poderia votar a favor deste documento.

Ricardo Santos (PSD) – Referiu que o Orçamento deveria representar e representa o momento de salutar discussão democrática na democracia representativa, em partilha de ideias, na busca de soluções envolvendo quem governa e quem é oposição. Acrescentou que é um modelo que todos têm que aceitar, que quem governa tenha um modelo proponente legitimado pelo voto popular. Defendeu que quem é oposição também tem o direito a propor as suas ideias. Adiantou que em Paredes, num momento puro de maquilhagem, o Presidente convida a oposição a apresentar as suas ideias e faz ele a apresentação como se estivessem todos numa escola. Relativamente à mensagem do Presidente da Câmara e no que concerne a obras de maior dimensão, referiu a alusão à construção de passeios em todas as freguesias, à colocação de cobertos nas paragens, pavimentações, obras nas escolas, etc. Observou que em 2021 ainda mais milhões viriam e que tudo somado, ainda se diz que este será um Orçamento de continuidade, de investimento e com grandes preocupações sociais e com a nova redução da carga fiscal em Paredes. Realçou que por cinco vezes o Presidente da Câmara repete a frase “*redução da carga fiscal*” na sua mensagem e lembrou que, por um lado existiam 100 milhões de euros de passivo, uma Câmara caótica e um verdadeiro fim de mundo naquilo que era a gestão autárquica. Por outro lado, no último Orçamento deste executivo, existe um fim de mundo de 72 milhões de orçamento eleitoral, mais carga fiscal e uma Câmara que se afirma totalmente organizada. Política orçamental proposta – uma análise perfeita, bem escrita e bem analisada. A pandemia primeiro ponto central, choque económico, crise instalada e por um lado, novamente a expressão, “*redução da carga fiscal*”, aposta na saúde, que está nas obras e no betão armado. Por outro lado, como disse o Presidente da Câmara, por causa do Covid-19, aumento das despesas correntes, aumento com o pessoal e aumento das transferências correntes. Defendeu que não é possível reduzir impostos e ao mesmo tempo aumentar a despesa. Relativamente à previsão de receitas, mais 17% do Orçamento Municipal dividindo-se em duas grandes áreas, participação dos impostos do estado e os fundos comunitários. No que concerne ao IMI, menos 250 mil euros do último Orçamento, IUC, mais 100 mil euros que se estima arrecadar, Derrama, mais 200 mil



euros que se estima arrecadar de impostos, taxas, multas e taxinhas, mais 700 mil euros que se estima arrecadar. Acusou o executivo de retirar às famílias a módica quantia de quase 1 milhão de euros para lhes dar 250 mil euros e sustentou ser isto o que o PS quer e propõe no Orçamento ora em discussão. Quanto às receitas não fiscais, transferências correntes, mais 3 milhões do Estado Central, IRS, mais 500 mil euros que são retirados às famílias e àqueles jovens que começam a trabalhar, que pouco mais ganham do que mil euros, resumindo, era uma taxa de rico com salário de pobre. Realçou que a Câmara receberá mais 240 mil euros de IVA, uma nova contribuição que o governo do Partido Socialista decidiu dar à Câmara Municipal de Paredes, 7,5% sobre o alojamento, água, luz e gás, quase 4 milhões de euros a mais. Salientou que tudo isto significa que a Câmara terá mais 5 milhões de euros de receita via impostos e transferências do Estado. Relativamente à despesa corrente, mais 610 mil euros, mais 2,9% em despesa com pessoal em que tem sido contínua a aprovação de mapas de pessoal, não se sabendo qual é a estratégia da autarquia embora se fale nas transferências correntes, mais 1,7%. Defendeu que 5 milhões de euros a dividir pelas freguesias, daria cerca de 300 mil euros por freguesia sendo que tal valor está muito distante nas freguesias do PSD. Despesas de capital, mais 37%, cuja maioria provém de fundos comunitários. Deu conta da existência de 600 mil euros a mais e de que o Presidente da Câmara se regozijava com o facto de haver mais apoios para os clubes, mas que, buscando o valor remanescente daria mais 170 mil euros por freguesia para transferências. Referiu que a receita bruta para 2021 é de 41 milhões de euros e uma despesa corrente mais amortizada de 38 milhões de euros, mas se se fosse para 2024, 40/40, bastava uma crise e já o Município não estava tão bem. Observou que o Partido Socialista devia e podia ter ido muito mais longe e devia ter sido mais competente na questão do IMI. Acrescentou que sem malabarismos e em termos de regeneração urbana, o executivo podia ter acrescentado 20% na redução do IMI para o arrendamento, promovendo o arrendamento jovem e mais arrendamento na cidade de Paredes. Revelou que sistematicamente o Concelho tem perdido habitantes sem que haja preocupação com uma política acertada e estruturada para atrair pessoas. Afirmou que se poderia ter ido mais longe com 30% no apoio à desertificação e apostar nas freguesias do sul do Concelho, atraindo mais pessoas do Porto. Defendeu que também no incentivo à natalidade o executivo poderia ter ido mais longe oferecendo 20 euros por casal com



apenas 1 filho, pois que, para quem é jovem e com salários baixos, 20 euros não seriam apenas mais uns tostões. Quanto à política jovem, questionou sobre onde estavam os 600 mil euros prometidos pelo executivo no início do mandato? Empresas - benefícios fiscais para a promoção do desemprego, é a grande estratégia do executivo. Educação, continuar os apoios sociais. Ambiente - apesar das enormes restrições orçamentais, mas depois de 10 milhões de obras, o executivo vai apostar na melhoria da via pública. Observou que a máquina espalhadora de tapete e betuminoso com etiqueta 2018/2019, é a joia da coroa da Câmara Municipal. Acusou o executivo de não prever absolutamente nada quanto ao combate à pandemia e à crise que se avizinha, apenas com uma conclusão de que vai atacar com o aumento de impostos para os paredenses. Salientou que para aqueles que agora governam, talvez devessem mudar o nome de Partido Socialista e de PS para "Peb" partido excel de betão, dado que é exatamente o que fazem, brincam com os números e constroem betão.

Presidente da Câmara - Começou por alertar a Mesa para o facto de a Presidente da Junta de Freguesia de Vilela ter filmado a intervenção do deputado Soares Carneiro. Relativamente à intervenção do deputado Luís Baltar, referiu que a receita fiscal não aumentou, mas diminuiu. Esclareceu que o Orçamento em análise era um só e que bastava pegar nas receitas correntes para verificar que a receita fiscal em 2020 foi de 13,4 milhões de euros sendo de 13,1 milhões de euros para 2021. Quanto à intervenção do deputado Cristiano Ribeiro, observou que existem questões que são prioritárias pelo que tinham que ser realizadas e deu como exemplo as obras de alargamento da Zona Industrial de Parada/Baltar cuja candidatura a fundos comunitários foi já apresentada. Acrescentou que aquela zona industrial é pertença do Município na sua totalidade e que está previsto expandir as várias zonas industriais, pois que, sem saneamento algumas dessas zonas correm o risco de deixarem de ser zonas de construção. Referiu que uma das preocupações do executivo é o saneamento básico como o prova a questão do resgate que será discutida no próximo dia 28. No que diz respeito à Comunidade Cigana, informou que a candidatura foi aprovada pelo que, logo que seja possível em 2021, vai avançar no terreno. Relativamente à intervenção da deputada Ana Raquel, considerou-a como demagogia total pelo que não admirava que o seu partido esteja como está a nível



nacional, prevendo-se que esteja pior a nível local. Acrescentou que ninguém pode acreditar no discurso do CDS, pois que, se trata de demagogia total, como chegar ao ponto de se dizer que a Be Water reclama 200 milhões de euros. Esclareceu que a Be Water não reclamou qualquer valor e refutou a acusação de que a Be Water estava a eliminar a moratória devido ao resgate. Adiantou que a deputada Ana Raquel, como jurista, tinha obrigação de saber que há uma moratória legal que também passou para o 1º semestre de 2021 que impede que as empresas que fornecem bens essenciais as retirem e que esta era uma imposição legal. Igualmente refutou a acusação de clientelismo do PS com mais 300 mil euros de custos com pessoal e esclareceu que foi necessário reforçar os assistentes operacionais em várias áreas municipais como as vias municipais e jardins. Afirmou que não era de admirar que os eleitores não acreditem no CDS, quer a nível nacional, quer local, pese embora ainda pudesse fazer algo a nível nacional, mas com tais atitudes e esta forma de estar na política, não iria longe. Quanto à intervenção do deputado Soares Carneiro, referiu que a sua postura é igual à de um advogado num julgamento em que só assiste razão a uma das partes e que, por vezes, defende quem tem razão e diz a verdade e outras quem não tem razão e aí tem que mentir para convencer. Saliou que, tal como no ano passado, para o deputado em questão vale tudo e comparou o Orçamento com a despesa efetuada. Deu como exemplo a comparação com a despesa corrente do ano em curso que é de 36,3 milhões de euros, cifrando-se em 2017 nos 26 milhões de euros. Aflorou que a despesa corrente em 2017 foi de 34.879 milhões de euros tendo sido pagos apenas 26 milhões de euros, tendo o seu executivo andado a pagar nos anos seguintes aquilo que o PSD não pagou. Deu como exemplo os subsídios aos Bombeiros e às freguesias que eram pagos fora do prazo e defendeu que isto é que era iludir os paredenses. Realçou que a razão de, em 2021, o Município ter 36,3 milhões de despesa e, em 2017, haver só 34,8 milhões de euros de despesa se prende com o facto de, agora, para além da delegação de competências nas freguesias, são transferidas as verbas para as mesmas, fazem-se obras por administração direta, o que antes não acontecia. Acusou o deputado Soares Carneiro de querer iludir os paredenses quando diz que o executivo não baixou a taxa de IMI de 0,4% para 0,3% e com isso perdeu receita, mas beneficiou as empresas particulares, algo que considerou de muito mau tom. Esclareceu que em 2017, último ano de governação municipal do PSD, uma casa que valesse 100 mil



euros, pagava 400 euros de IMI, passando a pagar em 2021, 300 euros. Uma empresa que tenha despendido 1 milhão de euros em instalações, em 2017, pagava 4 mil euros de IMI, em 2021, pagará 3 mil euros. Observou que quem gere o Município são pessoas responsáveis, que fizeram uma descida gradual do IMI por forma a preparar as contas da Câmara para dar continuidade ao investimento e diminuir a dívida. Lamentou que se diga que a redução do IMI não faz perder 2 milhões de euros de receita e esclareceu que a receita de IMI, em 2018, foi de 7.749 milhões de euros, mas com uma taxa de IMI de 0,3%, menos 25%, o Município teria perdido 1.937.465 milhões de euros, ao contrário do que aconteceria se fosse com o PSD. Referiu que o Orçamento, apesar de ter uma grande preocupação social, é dos 4 orçamentos apresentados, aquele que tem também maior volume de obras, justamente porque o executivo está a aproveitar ao máximo os fundos comunitários à disposição da Câmara Municipal. Desvalorizou a afirmação do deputado Soares Carneiro quando disse que os fundos comunitários estavam a ser dados à pressa pelo Governo do PS. Lembrou a questão relacionada com as irregularidades nos centros escolares que originaram o processo do OLAF, facto que impediu o Município de aceder aos fundos comunitários. Refutou a acusação de que os fundos comunitários usados nas escolas de Lordelo e Rebordosa podiam ser usados noutras obras e esclareceu que aqueles eram fundos específicos para a educação. No que diz respeito ao Auditório, orçado em 6,4 milhões de euros mais IVA, realçou que o deputado Soares Carneiro se esqueceu de mencionar que, para essa obra, a Câmara Municipal dispõe de mais 3 milhões de euros de fundos comunitários. Considerou que este é um equipamento que vai dignificar o Município de Paredes que é um dos mais populosos concelhos da Área Metropolitana do Porto e mostrar que é capaz de atrair bons eventos e boas iniciativas culturais. Revelou que a Câmara Municipal suportará apenas 3 milhões de euros deste investimento com recurso ao financiamento BEI a 15 anos, pelo que facilmente se perceberá que os custos face à mais valia que esta infraestrutura terá certamente compensarão. Quanto ao realojamento da Comunidade Cigana, afirmou que o deputado Soares Carneiro apenas falou em números e ignorou a astúcia, a eficácia e o saber do executivo para submeter uma candidatura ao “Primeiro Direito”. Revelou que esta candidatura financiará o investimento a fundo perdido sendo a parte não financiada com recurso à banca a uma taxa de juro quase nula. Reiterou que este é um orçamento que, por um lado, tem o maior



volume de obras deste executivo, que continua a apostar na delegação de competências nas juntas de freguesia e, para além disso, é um Orçamento que tem uma atenção para com as famílias e com as empresas porque baixa a taxa de IMI e também tem uma preocupação com as empresas. Destacou que, pela primeira vez, as pequenas e microempresas vão deixar de pagar Derrama quando até agora pagavam uma taxa de 0,5%. Defendeu que este é um Orçamento com investimento, mas também com muita preocupação social e no desenvolvimento do tecido empresarial do Concelho.

Defesa da honra do deputado **Luís Baltar** – Referiu que na sua intervenção fez alusão a dois impostos, ao IMI e ao IRS. Esclareceu que no Orçamento de 2020 a Câmara previu uma receita de 9,207.209 milhões de euros do somatório destas duas rubricas e em 2021, 9,232.698 milhões de euros, ou seja, há um acréscimo de 25 mil 489 euros.

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 41 membros presentes os “*documentos previsionais para o ano de 2021*”, com 25 votos a favor das bancadas do PS e da CDU e do deputado José Augusto da Silva Borges da bancada do PSD, 9 votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP e 7 abstenções dos deputados Cristiano Marques da Costa, Joaquim Tomás Fernandes Correia, Carlos Franclim Moreira da Silva, António Manuel de Bessa Oliveira, Fernando Nuno Leal Lamas Serra, Américo Manuel de Oliveira e Castro e Mariana Fernanda Machado da Silva, da bancada do PSD.

Declaração de voto da deputada **Ana Raquel** – Referiu que o CDS votou contra porque: 1- Os Documentos Previsionais evidenciam apenas um conjunto de gastos de milhões em obras não prioritárias que se perfilam como elefantes brancos se um dia viessem a ser construídos; 2- Concentra obras não prioritárias em uma ou duas freguesias e ignora as restantes, contribuindo assim para o aumento das assimetrias territoriais e das desigualdades sociais cada vez mais evidentes num Concelho que se devia afirmar pela sustentabilidade do seu desenvolvimento não pela arbitrariedade do seu crescimento; 3- Este orçamento aumenta substancialmente a despesa corrente para a contratação de clientelas políticas em ano de eleições, aliás, repetindo práticas anteriores; 4- Em tempos de pandemia mostra cimento enquanto ignora as pessoas, esquecendo os novos e ignorando os velhos. Para além de não contemplar o proposto pelo CDS, também não inclui uma rubrica sequer que, de forma substancial, proteja ou ajude os nossos municípios. É um



Orçamento sem alma nem coração; 5- É um Orçamento eleitoralista que vai ser usado consoante o Partido Socialista necessitar de votos na freguesia A ou B. É aquilo que nunca deve ser. É sobretudo um Orçamento como os anteriores, incapaz de mostrar um caminho, uma luz ao fundo do túnel, uma ideia que seja sobre que modelo de desenvolvimento se pretende para a nossa terra; 6- É mais um voto contra mais uma oportunidade perdida e que continuará a atrasar-nos irreversivelmente em relação aos concelhos vizinhos e aos restantes concelhos do País.

Declaração de voto do deputado **Carlos Franclim** - Referiu que nas funções que ocupa na Assembleia Municipal, espelhava a sua ética pessoal, as pessoas de Cristelo e o PSD e que o seu sentido de voto, a abstenção, foi uma conjugação destes fatores. Manifestou a sua solidariedade para com as preocupações gerais do PSD relativamente ao Orçamento. Considerou que as preocupações da população de Cristelo quanto às requalificações necessárias, nomeadamente a do Cemitério e a da tão desejada rotunda da EN319 que estão em curso e chegarão a bom porto. Solicitou uma resposta célere a outras questões como sejam a resolução da drenagem de águas pluviais da EN319, bem como a planificação de alguns processos urbanísticos como o Giestal e do campo de futebol. Como diz Pessoa *“Triste de quem vive em casa, contente com o seu lar, sem que um sonho, no erguer da asa, faça até mais rubra a brasa, da lareira a abandonar”*. Realçou que esta estrofe poderia ser sobre os presidentes de junta que naturalmente estão insatisfeitos, porque sonham sempre com mais para as suas freguesias. Acrescentou que acredita que com empenho, cordialidade e boa vontade, 2021 será um ano de concretizações. Acrescentou que era o mínimo que se podia dar às populações, sobretudo após um 2020 marcado pela pandemia e as suas dores físicas e na alma.

11 - ADENDA AO CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A GLOBAL DIS - DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DE MATERIAIS, S.A. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, a *“adenda ao contrato de investimento entre o Município de Paredes e a GLOBAL DIS - Distribuição Global de Materiais, S.A.”*, que foi previamente remetida a todos os senhores deputados, com 41 votos a favor das bancadas do PS, PSD e da CDU e 01 abstenção da bancada do CDS-PP.



12 - DENÚNCIA DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por unanimidade dos 42 membros presentes, a *“proposta de denúncia de Contrato de Cooperação com a freguesia de Rebordosa, no âmbito do transporte de alunos para a prática de hipoterapia”* que foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

Presidente da Assembleia - Propôs que os pontos 13 a 18 fossem discutidos e votados em conjunto, não se tendo registado quaisquer objeções ao proposto.

Foram presentes à Assembleia, as propostas de retificação ao Contrato de Cooperação com a freguesia de Parada de Todeia e ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Lordelo, e os Contratos interadministrativos de Delegação de competências nas freguesias de Gandra, Parada de Todeia, Rebordosa e Sobreira, as quais foram previamente remetidas a todos os senhores deputados.

13 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

14 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

15 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

16 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

17 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E



VOTAÇÃO

18 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Tomás Correia - Presidente da Junta de Freguesia de Cete - Referiu que a Junta de Freguesia de Cete nunca teve uma transferência de competências. Acrescentou que existem muitas obras que são orçamentadas em determinado montante e quer depois derrapam, mas que o dinheiro das juntas de freguesia era ao contrário, parece que rende muito mais. Solicitou ao Presidente da Câmara que reflita sobre o assunto e possa também contemplar a freguesia de Cete com um contrato de delegação de competências.

João Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Sobreira - Agradeceu ao executivo municipal a aprovação unânime do novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Sobreira a executar em 2021. Observou que, sem prejuízo de reconhecer e agradecer as aprovações unânimes dos subsídios atribuídos à sua freguesia, revelou que quase sempre estes contratos vêm acompanhados de recomendações e advertências pelos senhores vereadores do PSD. Salientou que tal facto deixava transparecer preocupações com preferências e privilégios concedidos à freguesia de Sobreira, na atribuição das prestações pecuniárias em desfavor de outras freguesias, pela aparente falta de controle e fundamento da eficaz aplicação das verbas atribuídas. Afirmou que uma vez na reta final do mandato, era seu dever esclarecer quanto às dúvidas lançadas sobre os critérios de atribuição, bem como quanto à fundamentação lastrada no princípio da equidade e na justa leitura feita pelo Presidente da Câmara, careados pelo executivo da Junta quando propõe ou solicita cooperação e parceria. Assim procedeu aos seguintes esclarecimentos: 1- apoio para a compra de um trator no valor de € 2.900, a junta de Freguesia fê-lo porque não declinou manter a seu cargo a manutenção dos espaços públicos verdes que na Sobreira totalizam mais de 6000 m² que se garantem limpos e conservados durante todo o ano a que se junta a mão de obra necessária, 600 horas/ano/homem cujos custos são suportados pela Junta de Freguesia e superam o valor do veículo; 2- Desassoreamento da Levada de Casconha, reparar o açude e limpar as margens do rio pela preservação da bacia do Rio Sousa para desse modo garantir a recolha de água por helicópteros



quando em combate a incêndios florestais sendo certo que o subsídio atribuído fica aquém dos gastos com esta operação; 3- Despesas com o evento “Papas na Sobreira”, porque a freguesia não dispõe de um espaço coberto com capacidade para acolher tamanho evento que deve ser acarinhado como evento gastronómico e cultural descentralizado no Sul do Concelho; 4- Programa de animação músico-cultural “Noites na Alameda” que abrange 11 fins de semana preenchidos com a participação de grupos de animação do Concelho e da região a troco de um lanche, garantidos que sejam o palco e o som; 5- “Mobilidade e Segurança”, defendidos e agarrados com o máximo vigor e empenho a assunção e execução dos compromissos emergentes dos contratos interadministrativos de delegação de competências na freguesia, em pareceria com o executivo municipal enfrentou-se uma das sequelas do abandono ou da menor atenção a que esteve sujeita a freguesia de Sobreira no domínio da “Mobilidade e Segurança”. Lembrou que na sessão de 18 de fevereiro de 2015, afirmou que a freguesia de Sobreira era credora de obras não realizadas no valor de 2 milhões de euros. Acrescentou que inscreveu na respetiva rubrica uma verba de 980 mil euros, insuficiente para as obras de realização premente, mas que permitia recuperar parte significativa das vias de comunicação cujo visio se encontrava em muito mau estado. Nestas obras estão incluídas as infraestruturas de recolha e condução de águas pluviais. 6- Através dos CIDCF foi possível realizar obras de elevada importância e necessidade dado o potencial risco de acidentes rodoviários na EM610. Foram construídos canteiros e pavimentos laterais à escadaria de acesso à Alameda, ao adro da antiga igreja. Revelou que igualmente foi executada a obra de requalificação do Largo da Imaculada Conceição e que foram custeadas parte das obras realizadas na construção de muros na parte ampliada do cemitério da Devesa, até ao montante de € 16.661,00. Disse não renegar o privilégio de ver a sua freguesia no radar do atual executivo, antes o aclamava, pois que, Paredes tem um executivo que governa em pareceria e em diálogo com todas as freguesias. Acrescentou que com todas as freguesias, o executivo age utilizando a bitola e o princípio da equidade e de justiça face à dimensão territorial das mesmas e ao atraso no seu desenvolvimento. Adiantou que tal atraso se deveu a anteriores critérios parciais de gestão municipal e talvez de ostracismo e represália.

Salomé Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa - Começou por felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Astromil pela infraestrutura e pela amabilidade com que a todos recebeu. Felicitou igualmente o executivo municipal por ter tido a coragem de elaborar os contratos interadministrativos de delegação de competências que são de extrema importância



para as juntas de freguesia. Acrescentou que com os seus recursos e meios, as juntas de freguesia conseguem rentabilizar e ser mais eficientes na execução de obras, normalmente relacionadas com vias e arruamentos. Considerou que, ao contrário do que foi dito, o Concelho está a atrair cada vez mais pessoas e, no que concerne à freguesia de Rebordosa, a procura é maior que a oferta e a freguesia não dispõe de habitação para a procura que se tem verificado. Observou que este é o reflexo dos investimentos feitos pela Câmara Municipal o que se nota quando a procura é superior à oferta, não havendo melhor dado para aferir da frutuosidade dos investimentos que estão a ser feitos. Advertiu que é dever dos deputados participar na Assembleia Municipal e por conseguinte todos têm que ter tempo para analisar e preparar a sua participação na mesma tendo sido eleitos para isso. Finalmente agradeceu à Câmara Municipal o apoio prestado no combate à pandemia.

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, *“as propostas de retificação ao Contrato de Cooperação com a freguesia de Parada de Todeia e ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Lordelo, e os Contratos interadministrativos de Delegação de competências nas freguesias de Gandra, Parada de Todeia, Rebordosa e Sobreira”*, com 41 votos a favor das bancadas do PS, PSD e da CDU e 01 abstenção da bancada do CDS-PP.”

Presidente da Assembleia – Propôs que os pontos 19 a 26 fossem discutidos e votados em conjunto, não se tendo registado **quaisquer objeções** ao proposto.

Foram presentes à Assembleia, as propostas de colocação de sinalização vertical e horizontal na nova via designada como Avenida Zona Industrial, nas freguesias de Rebordosa e Gandra, de sinalização de trânsito na Avenida Padre Moreira das Neves na freguesia de Paredes, de sinalização em estrada sem saída na Rua da Bela Vista, na freguesia de Rebordosa, de sinalização vertical e horizontal na Rua Central do Outeiro em Mouriz, atual freguesia de Paredes, de sinalização vertical na Rua de Outeiro D’Além, na freguesia de Recarei, de sinalização vertical na Travessa do Arco, na freguesia de Sobreira, de sinalização vertical na Rua 13 de Maio e Rua Central de Castromil, na freguesia de Sobreira, e de colocação de espelho convexo e sinalização vertical na Rua João Paulo II, na freguesia de Recarei, as quais foram previamente remetidas a todos os senhores deputados.



19 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA NOVA VIA DESIGNADA COMO AVENIDA ZONA INDUSTRIAL NAS FREGUESIAS DE REBORDOSA E GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

20 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA AVENIDA PADRE MOREIRA DAS NEVES - PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

21 - SINALIZAÇÃO EM ESTRADA SEM SAÍDA - RUA DA BELA VISTA - REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

22 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA RUA CENTRAL DO OUTEIRO - MOURIZ - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

23 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DE OUTEIRO D'ALÉM - RECAREI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

24 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DO ARCO NA FREGUESIA DE SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

25 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA 13 DE MAIO E RUA CENTRAL DE CASTROMIL - FREGUESIA DA SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

26 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO CONVEXO E SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA JOÃO PAULO II - RECAREI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia aprovou por maioria dos 42 membros presentes, as *“propostas de colocação de sinalização vertical e horizontal na nova via designada como Avenida Zona Industrial, nas freguesias de Rebordosa e Gandra, de sinalização de trânsito na Avenida Padre Moreira das Neves na freguesia de Paredes, de sinalização em estrada sem saída na Rua da Bela Vista, na freguesia de Rebordosa, de sinalização vertical e horizontal na Rua Central do Outeiro em Mouriz, atual freguesia de Paredes, de sinalização vertical na Rua de Outeiro D'Além, na*



freguesia de Recarei, de sinalização vertical na Travessa do Arco, na freguesia de Sobreira, de sinalização vertical na Rua 13 de Maio e Rua Central de Castromil, na freguesia de Sobreira, e de colocação de espelho convexo e sinalização vertical na Rua João Paulo II, na freguesia de Recarei”, com 41 votos a favor das bancadas do PS, PSD e da CDU e 01 abstenção da bancada do CDS-PP.

27 - CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO ÀS NEGOCIAÇÕES E DECISÃO DE RESGATE DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DE PAREDES, CELEBRADO COM A BEWATER - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a proposta da bancada do PSD, relacionada com a constituição imediata de uma comissão de inquérito às negociações e decisão de resgate do Contrato de Concessão e Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paredes, celebrado com a Be Water, a qual foi previamente remetida a todos os senhores deputados.

Manuel Gomes (PSD) - Procedeu à apresentação da proposta do Grupo Parlamentar do PSD que se transcreve:

“Na sequência do requerimento para inclusão na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal marcada para 19 de dezembro de 2020, do ponto para constituição imediata de uma Comissão de Inquérito às negociações e decisão de resgate do contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paredes, celebrado com a Be Water, vem pelo presente o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Paredes, apresentar o enquadramento da proposta e o modelo para a constituição e funcionamento da referida Comissão de Inquérito.

Assim, em termos de enquadramento, tendo o executivo da Câmara Municipal de Paredes decidido pedir o resgate do Contrato da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paredes celebrado com a Be Water e tendo em conta a importância capital que este serviço tem para os



paredenses, todas as decisões tomadas nesta matéria devem ter o máximo de escrutínio político. Com efeito, esta decisão acarreta um conjunto de efeitos a curto, médio e longo prazo para todos os paredenses e para a gestão do Município. Deste modo, o acompanhamento e conhecimento profundo de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal de Paredes, acerca de todas as decisões e determinações sobre este assunto, revestem-se de uma importância determinante para a tomada das decisões no âmbito deste processo. Uma vez que se trata de uma decisão tão importante para os paredenses e que ultrapassa objetivamente o horizonte temporal de vários ciclos políticos, a democracia, através dos seus eleitos locais para a Assembleia Municipal deverá promover um escrutínio sério, minucioso e pormenorizado a todos os passos já dados nesta matéria e a todas as decisões que virão a ser tomadas dentro do mesmo âmbito.

Proposta para a constituição da Comissão de Inquérito:

Nos termos do artigo 42º do Regimento da Assembleia Municipal, de Paredes, a composição da Comissão de Inquérito e Acompanhamento que ora se propõe, deverá respeitar a vontade popular e deverá ser constituída em função da representatividade de cada partido na Assembleia Municipal. Deste modo, de forma a garantir a presença de todas as forças partidárias representadas na Assembleia Municipal e para garantir a representatividade do referido Órgão Municipal, faz a seguinte proposta:

3 membros eleitos para a Assembleia Municipal pelo PS indicados pela sua bancada, 2 membros eleitos para a Assembleia Municipal pelo PSD indicados pela sua bancada, 1 membro eleito para a Assembleia Municipal pela CDU indicado pela sua bancada, 1 membro eleitos para a Assembleia Municipal pela CDS-PP indicado pela sua bancada.

Em termos de funcionamento, a Comissão de Inquérito deverá funcionar segundo a vontade da maioria, nos termos da legislação nacional em vigor e segundo o previsto no artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes”.

Após a apresentação da proposta, referiu que nada do proposto se reveste de contornos de âmbito político, facto que reiterou. Acrescentou que, tanto a proposta apresentada pelo PSD com a proposta do PS são a mesma. Observou que, se o PS pretende uma Comissão de Acompanhamento para futuro, O PSD também a quer, mas também que se inspecione e que se fiscalize de forma minuciosa toda a documentação e todas as decisões que já foram tidas neste âmbito, bem como todas as comunicações trocadas entre o Município e a Be Water. Defendeu que a proposta e a Comissão poderão ser as mesmas e que todas as bancadas estão defendidas dentro



daquilo que é a maioria dentro da Assembleia. Na Comissão que o PSD propõe, está efetivamente representada a vontade popular e nada tem de contornos políticos e de chicane pelo que deixou o assunto à consideração da Assembleia. Manifestou ainda disponibilidade para um acordo de fusão entre as duas propostas e que faça este trabalho de fiscalização de tudo o que já foi feito e a fazer no futuro, pois que, sendo aprovadas as duas comissões, as mesmas entrariam em contradição.

Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu que, ouvindo o representante do PSD, havia chegado à conclusão que o *lobo virou cordeiro*, pois que se iria tratar de um tema não político, um tema consensual que abafe e apague responsabilidades passadas. Observou que de privatizações não se falava porque todos estão de acordo, o período até 2017 foi uma coisa normal pelo que se ia falar do não político. Acrescentou que, consigo e talvez com muitos dos membros da Assembleia, iria ser difícil explicar o que é que fará uma Comissão de Inquérito a negociações. O interesse do PSD expresso na proposta, é o de ir vasculhar os mails e a correspondência, os interesses expressos e não aqueles que são ocultos facto que significa espreitar pela fechadura de uma porta que lhe está fechada. Adiantou que o PSD não é executivo pelo que era evidente que não tinha capacidade e não deveriam ter ética nem moral e que era necessário bom senso. Referiu que a Comissão foi sempre apresentada como Comissão de Inquérito que é diferente de uma Comissão de Acompanhamento. Lembrou que na reunião de líderes referiu que tinha pensado em apresentar uma Comissão Eventual de Acompanhamento, que não é uma Comissão de Inquérito. Questionou se a Comissão tinha que representar a Assembleia com o número de membros propostos? E se fosse 1 de cada partido? E é por decisão por maioria? Observou que iria pertencer a uma Comissão em que podia estar sujeito à decisão maioritária dos outros membros. Questionou se o PSD sabia o que eram Comissões e para o que serviam? Para reproduzir a representatividade? Nesse caso, não daria 1 membro ao CDS e à CDU e sim ¼. Defendeu que a constituição desta Comissão era para si a prova provada daquilo que o PSD pretende pelo que iria saltar no tempo para não dizer tudo aquilo que pensa correndo o risco de ser ofensivo para alguém. Revelou que a CDU iria votar contra a proposta do PSD que, no fundo, reproduz algo que o PSD quer resolver e não consegue e que são as suas responsabilidades passadas. Acusou o PSD de dar ideia de defender os interesses da Be Water algo que também o magoava, sendo esta Comissão ideal para tal facto. Revelou que a CDU se identificava com a proposta do PS que visa a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento que, de facto, pudesse carrear ou



receber informação relevante para futura decisão e para a posição de todos como meros cidadãos paredenses. Realçou que se fosse aprovada a proposta do PSD, recusar-se-ia a pertencer a uma Comissão onde o seu contributo pudesse ser cerceado por uma lógica de maioria.

Rui Silva (PS) - Referiu que o PS irá votar contra a proposta ora em discussão e lembrou o facto de ter dito ao representante do PSD que não se sentisse refém do passado, pois que uma Comissão de Inquérito servia para análise de factos passados. Seria necessária ir atrás e saber se eventualmente houve benefícios diretos, mas que já se passaram 20 anos. Observou que o PSD até se devia sentir confortável pois que surge agora na continuidade daquilo que foi anteriormente pelo que considerou extemporâneo fazer a constituição imediata de uma Comissão de Inquérito. Acrescentou que podia indiciar que existem factos passados que são do PSD, algo que não interessa ao PS, mas sim resolver um problema aos paredenses. Referiu que a Assembleia deverá dar o devido acompanhamento para que estejam a par das negociações estando o executivo disponível para tal. Adiantou que estando as negociações num ponto tão vital e crucial para a qualidade de vida dos paredenses o PS entendeu apresentar uma proposta e aproveitou para agradecer o voto do PSD na sua admissão. Defendeu que a proposta do PS vai de encontro àquilo que se pretende e que é o acompanhamento das negociações no futuro e que a Assembleia Municipal proporciona o maior escrutínio político que pode haver em qualquer negócio desenvolvido pela Câmara Municipal. Referiu que tudo na Assembleia era discutido, mas não executado sem a sua aprovação pelo que, a não aprovação do resgate pela Assembleia Municipal, o mesmo não se fará. Adiantou que não se tratava de cortar os direitos de ninguém e até de dar alguma proteção ao PSD, pois que se se fosse ao passado, algumas coisas serviam talvez para envergonhar a todos enquanto habitantes de paredes. Acrescentou que talvez se tenham passado coisas que não se deveriam ter passado e que fariam com que alguns ficassem mal na fotografia. Apelou ao bom senso e para que o PSD não interpretasse a decisão do PS como uma recusa sendo que a decisão do processo irá condicionar os anos que se seguirão.

Ana Raquel (CDS-PP) - Referiu que o CDS apoia a constituição da Comissão de Inquérito por entender que é essencial para que haja um escrutínio acutilante, pois que se está a falar de um processo que pode hipotecar o futuro do Município e dos paredenses. Acrescentou que o CDS de igual modo apoia a proposta do PS pelo que votará favoravelmente as duas pese embora a surpresa registada com a proposta do PS. Adiantou que a distinção que está a ser feita é mais de semântica ou, parafraseando o Presidente da Câmara, é demagógica. Acrescentou que



salvaguardava a sua posição, pois que não redigiu nenhuma das propostas pelo que não estava imbuída no espírito de cada um dos grupos parlamentares. Observou que, em todo o caso, se a proposta do PSD tivesse efeitos retroativos, retroagiriam apenas ao momento do pedido de resgate, apenas uns meses. Disse desconhecer o espírito da proposta do PS sendo que lhe parecia que, tanto o PSD como o PS pretendiam a mesma coisa, saber da verdade e proteger a população. Referiu que este processo exige uma transparência total para que não fique a ideia de que nenhum partido, seja da oposição ou não, sonham com coisas. Acrescentou que ninguém sonha com montantes de 200 milhões até porque está disponível no jornal "Económico" de 03/10/2020, numa entrevista da Be Water facto que não era um sonho, mas seria um pesadelo. Agradeceu e deu nota da forma exemplar, democrática e flexível com que o Presidente da Assembleia conduziu a sessão atendendo até às circunstâncias meteorológicas que não foram as melhores e ainda ao facto de terem sido surpreendidos com uma proposta do PS. Referiu que folgava em saber que a mesma tinha sido trazida e recebida na presenta data pelo que estava aberto o precedente para quando o CDS ou outro partido apresentar uma proposta, a mesma seja admitida e não colocada debaixo da mesa.

Interpelação à Mesa do deputado Soares Carneiro (PSD) – Referiu que sabe o que está a perturbar o senhor Presidente da Câmara e os senhores deputados Rui Silva e Cristiano Ribeiro. Acrescentou que o PSD não tem medo que vão escrutinar o passado e que, se quiserem propor uma Comissão de Inquérito à concessão feita há 20 anos e ao aditamento de 2008, votariam a favor e revelou que houve um deputado do PS que, numa das primeiras assembleias o queria propor e que o Partido Socialista não permitiu, não querendo investigar o passado. Afirmou que o PSD pretende investigar e nada tem a esconder e que é algo diferente da Comissão de Acompanhamento com a qual está de acordo. Afirmou que lhe parecia que o Presidente da Câmara tem alguma coisa a esconder, mas que o que se pretende investigar é o processo da decisão que a Câmara Municipal tomou relativamente ao resgate da concessão. Observou que como o PSD nada tem a esconder ao contrário do que parece acontecer com o Partido Socialista, está disponível a votar a Comissão de Acompanhamento. Assim sendo, esperaria que, em honra da transparência, da clareza e da verdade, o PS estivesse disponível perante os paredenses para votar a Comissão de Inquérito, no sentido de se investigar plena e livremente a decisão e os pressupostos da decisão que levaram ao resgate já que, como se espera, também nada tem a esconder.



Interpelação à Mesa do deputado Rui Silva (PS) – Referiu que o PS obviamente não tem medo dos pressupostos que levaram à tomada da decisão de municipalizar este serviço. Lembrou que atempadamente o assunto foi debatido numa Assembleia Municipal tendo mesmo sido realizada uma sessão extraordinária solicitada pelo PSD dedicada ao mesmo. Observou que os documentos são do conhecimento de todos e que desconhece que exista mais alguma coisa para além daquilo que foi fornecido pelo que, na sessão extraordinária de 28 de dezembro, tudo seria escalpelizado ao pormenor. Adiantou que o facto de ter dito que a reprovação da Comissão de Inquérito até ajudaria se estava a referir ao Concelho, pois que não adiantava nada saber agora o que se passou anteriormente. Lembrou que o PSD foi executivo até 2017 e que a decisão de privatização foi da sua responsabilidade pelo que toda a documentação certamente estaria na posse dos seus ex-dirigentes ou atuais dirigentes. Referiu que se o PSD estiver na posse de factos que eventualmente entenda como tendo sido um procedimento irregular deveria colocá-los a descoberto e que o PS estaria pronto para esclarecer e responder pós 2017 algo que tem sido feito. Desafiou o deputado Soares Carneiro a provar que algum documento tenha sido sonegado ou que alguma situação devesse ser do conhecimento da Assembleia Municipal e não foi. Referiu que o que interessava agora é o que se vai passar daqui para a frente facto pelo qual se vai propor a criação de uma Comissão de Acompanhamento, para que todos fiquem elucidados de todos os pressupostos e de tudo o que esteve por detrás desta tomada de posição.

Presidente da Câmara – Referiu que o presente assunto será presente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal do próximo dia 28 de dezembro e que a Câmara Municipal irá juntar à respetiva deliberação, o estudo que esteve na base dos cálculos a que se chegou. No mesmo consta a análise dos investimentos realizados e não realizados pela Be Water, a forma de cálculo do resgate. Adiantou que o executivo não tem absolutamente nada a esconder e sim de resolver de uma vez por todas uma das principais carências do Concelho de Paredes. Depois de tudo deliberado inclusive a constituição dos SMAS, vai decorrer 1 ano a partir do dia 28 para essa decisão que vai ser aprovada e comunicada à Be Water e assim a Câmara Municipal assumir o serviço. Referiu que será nessa fase que vai ser discutido com a Be Water o valor final do resgate bem como os moldes em que irão passar para o Município todos os seus meios, a forma como serão constituídos os SMAS e como irão funcionar. Defendeu que, nessa fase, fará todo o sentido que haja uma Comissão de Acompanhamento para a qual o executivo estará totalmente



disponível para partilhar informações relevantes sempre que as houver na certeza de que existe um Órgão Executivo e um Órgão Deliberativo para que se saiba o que é uma coisa e outra. Adiantou que não estaria disposto para uma Comissão de Inquérito para fazer chicane política. Desafiou o PSD a apresentar o seu estudo e os seus cálculos, da mesma forma que o executivo apresentou o seu estudo e os seus cálculos senão, falar em 200 milhões, sem cálculos, vale o que vale.

A Assembleia rejeitou por maioria, dos 41 membros presentes, a *“proposta da bancada do PSD, relacionada com a constituição imediata de uma comissão de inquérito às negociações e decisão de resgate do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de paredes, celebrado com a Be Water”*, com 25 votos contra das bancadas do PS e da CDU e do deputado José Augusto da Silva Borges da bancada do PSD e 16 votos a favor da bancada do PSD.

28 - EXTRA AGENDA - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES E A CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE PAREDES

Foi presente à Assembleia, em extra-agenda, uma proposta do PS relacionada com a criação da Comissão de Acompanhamento do processo de resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes.

Rui Silva (PS) – Apresentou a proposta do PS que a seguir se transcreve:

Proposta de Criação da Comissão de Acompanhamento do Processo de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes



1- Considerando que, como é o conhecimento de todos os membros desta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal de Paredes tem em curso o processo de resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes;

2- Considerando que a gestão dos sistemas de abastecimento de água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes consubstancia uma atribuição dos municípios e que apesar do investimento significativo do resgate, é de crucial importância para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e desenvolvimento do Concelho;

3- Considerando que a retoma dos serviços de água e saneamento vai-nos possibilitar aceder a fundos comunitários que nos permitirão a universalização do acesso aos serviços de água e saneamento a todas as freguesias do Concelho e que é um objetivo legítimo das políticas públicas porque tem impactos importantes sobre a saúde, o ambiente e a cidadania;

4- Considerando que os moldes de retoma estão devidamente contextualizados quer no contrato de concessão, quer no aditamento;

5- Importa acautelar que a Assembleia Municipal de Paredes enquanto Órgão fiscalizador da ação da Câmara Municipal possa acompanhar de perto, de uma forma integrada e acima de tudo eficaz, toda a evolução e execução deste processo;

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Paredes, vem pela presente propor ao abrigo do disposto no número 1, alínea c) do art.º 3º;

no número 1, alínea e) do art.º 25º e número 2 do art.º 40º do Regimento da AMP, que a Assembleia Municipal de Paredes, reunida a 19 de dezembro de 2020, delibere:

- a) A criação de uma Comissão de Acompanhamento ao processo de resgate da concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes;
- b) Que a Comissão de Acompanhamento seja constituída por um deputado de cada Grupo Municipal e presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Que a Comissão de Acompanhamento tenha como objeto o acompanhamento integrado de todo o processo relativo ao resgate da concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e



rejeição de efluentes e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes, de acordo com as atribuições e poderes que a legislação confere às Assembleias Municipais e respetivas Comissões no quadro do exercício das suas competências.

Manuel Gomes (PSD) – Referiu que a atitude do PS foi de *brilhantismo* político e uma jogada de xadrez, *brilhantismo* de tabuleiro, pois que, basicamente, o PS quer passar a mensagem de que afinal, a comissão que vai entrar em funcionamento é a do PSD e não a sua. Acrescentou tratar-se de uma Comissão de Acompanhamento e não de uma Comissão de Inquérito facto que faz toda a diferença em termos de funcionamento. Lembrou que, em termos regimentais, a Comissão era mesma pretendendo-se precisamente a mesma coisa e observou que o que o PSD pretende a mais é que se faça um escrutínio relativamente àquilo que foi feito durante o ano de 2020. Questionou quanto ao que levou à decisão do PS? Considerou que este *brilhantismo político* do Partido Socialista de Paredes ficava bem em letras garrafais na comunicação social. Adiantou que o PS não quis a Comissão apresentada pelo PSD, mas a Comissão apresentada por si. Comparou o PS a um miúdo que tem a bola e que só quer jogar com a sua bola e que quando aparece outro miúdo com uma bola, faz birra e arranja maneira que o jogo desse dia seja só com a sua bola. Revelou que o PSD votará a favor da proposta ora em discussão, não interessando a quem pertence a iniciativa. Acrescentou que o que interessa é que exista maior escrutínio relativamente a esta decisão e ao acompanhamento do procedimento que se seguirá no próximo ano. Referiu que a proposta do PSD previa um escrutínio minucioso a tudo o que já foi feito durante o ano de 2020, mas também um acompanhamento futuro de toadas as decisões vindouras. Deu conta de que o PSD é coerente naquilo que diz e faz e reiterou o voto favorável da sua bancada sem medo de jogar com a bola do Partido Socialista.

Rui Silva (PS) – Referiu que a proposta do PSD mencionava a criação imediata de uma Comissão de Inquérito como se tivesse sido cometido um crime de lesa património. Realçou que todos estavam representados na Comissão de Acompanhamento e que todos os documentos serão fornecidos para a sessão extraordinária de 28 de dezembro. Afirmou que tudo será acompanhado sempre e que sempre que necessário convocar-se-ão reuniões e que por parte do Partido Socialista, haverá total recetividade.



Presidente da Câmara – Reafirmou a total disponibilidade do executivo para apresentação da sua bola, pois que a grande verdade é que não existem duas bolas, apenas a bola do PS. Reiterou o repto lançado anteriormente, o PS já levou a sua bola a reunião de Câmara, deu-a a conhecer aos senhores vereadores que sabem com que podem jogar. O PS mais uma vez trará a sua bola para que todos consigam jogar este jogo pelo que caberá ao PSD trazer a sua bola. Acusou o PSD de apenas atirar atoardas para o ar, de falar em valores e não quantificar, de falar em estudos e não os apresentar. Lançou o desafio ao PSD para apresentar os seus estudos, os seus números para não estar condenado a jogar apenas com a única bola em jogo que é a bola do PS.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 39 membros presentes, a proposta de *criação da Comissão de Acompanhamento do processo de resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes*”.

Declaração de voto do deputado Cristiano Ribeiro – Aproveitou para sugerir à comunicação social que no brilhantismo da intervenção do Partido Socialista que vai ser capa, não se esqueçam de colocar no canto superior esquerdo a presença e intervenção da CDU. Sugeriui ao PSD que, de futuro, traga a bola e não traga sempre a fisga dado que não se pode ser sempre violentado com a fisga.

Presidente da Assembleia – Colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS relacionada com a *“Criação da Comissão de Acompanhamento do Processo de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes.”*

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 39 membros presentes, a **admissão** da proposta para a *“Criação da Comissão de Acompanhamento do Processo de Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes e a Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Paredes.”*



Presidente da Assembleia - Propõe à Assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião ordinária para aplicação imediata.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 39 membros presentes, a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

30 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.

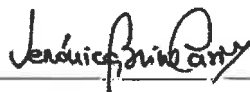
E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo catorze horas e cinquenta minutos.

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe de Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



Baptista Pereira, Dr.



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

ADMISSÃO DA PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. CRIAÇÃO COMISSÃO AGROPARIAMENTO - RESSATE DA AGUA E CRIAÇÃO SNAS.

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD		X	
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

3- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2020

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente
1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

4- ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2020/10/13

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS			X
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			X
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

5- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO VI - ART.º 46º E 47º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU		X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU		X	

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

6- TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

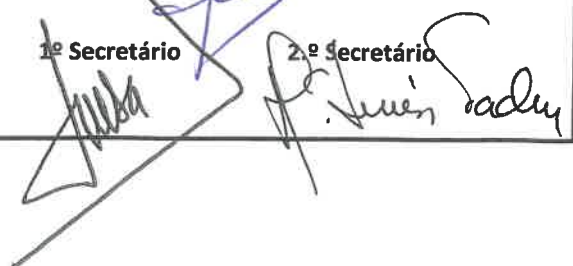
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

7- SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (SNC-AP) - ABATE DE BENS PATRIMONIAIS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

8- ISENÇÃO E REEMBOLSO DAS TAXAS DA FEIRA DE PAREDES

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓		
José Alberto de Sousa	PS	✓		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓		
Rui José Fernandes da Silva	PS	✓		
João Paulo Alves dos Reis	PS	✓		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	✓		
Joaquim da Silva Leal	PS	✓		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	✓		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	✓		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	✓		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	✓		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	✓		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	✓		
José Carlos Moreira da Silva	PS	✓		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	✓		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	✓		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	✓		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	✓		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	✓		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	✓		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	✓		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	✓		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	✓		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	✓		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	✓		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	✓		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	✓		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	✓		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	✓		
Artur Pereira da Silva	PS	✓		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	✓		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓		
José da Cunha Magalhães	PS	✓		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	✓		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	✓		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	✓		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	✓		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	✓		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	✓		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	✓		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	✓		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	✓		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	✓		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

9- REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PAREDES - VERSÃO FINAL

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓		
José Alberto de Sousa	PS	✓		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓		
Rui José Fernandes da Silva	PS	✓		
João Paulo Alves dos Reis	PS	✓		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	✓		
Joaquim da Silva Leal	PS	✓		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	✓		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	✓		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	✓		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	✓		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	✓		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	✓		
José Carlos Moreira da Silva	PS	✓		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	✓		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	✓		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	✓		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	✓		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	✓		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	✓		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	✓		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	✓		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	✓		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	✓		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	✓		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	✓		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	✓		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	✓		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	✓		
Artur Pereira da Silva	PS	✓		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	✓		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓		
José da Cunha Magalhães	PS	✓		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	✓		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	✓		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	✓		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	✓		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	✓		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	✓		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	✓		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	✓		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	✓		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	✓		

Observações:

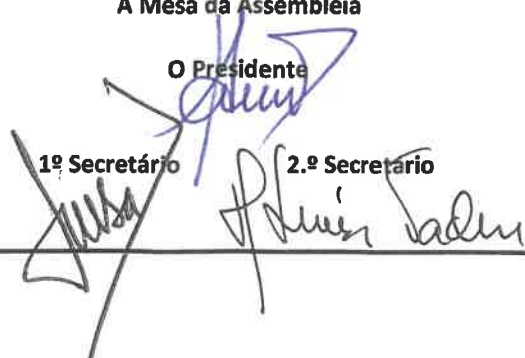
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

10- DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD		X	
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD		X	
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD		X	
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD		X	
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD		X	
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD			X
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD		X	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD			
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD		X	
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP		X	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD			X
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

11- ADENDA AO CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A GLOBAL DIS - DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DE MATERIAIS , S.A.

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

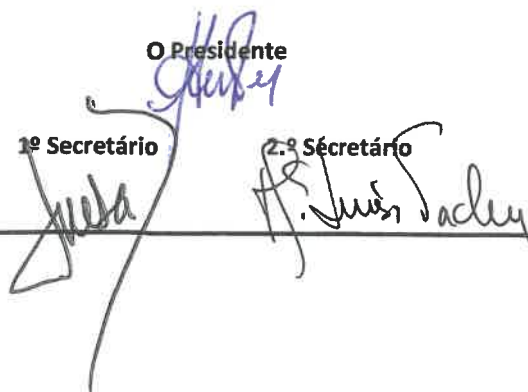
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

12- DENÚNCIA DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE REBORDOSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

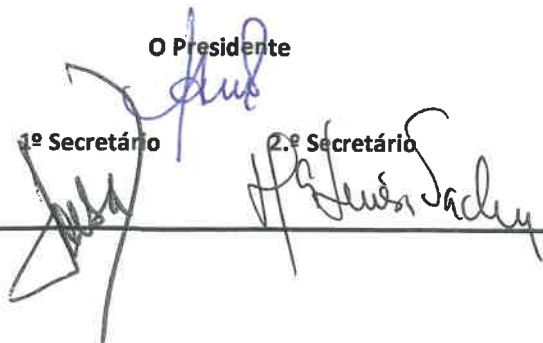
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

13- RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

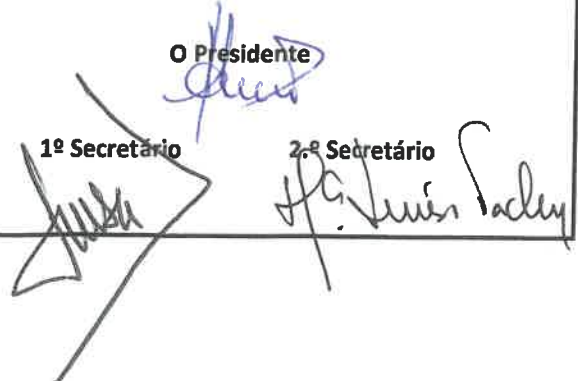
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

14- RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE LORDELO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

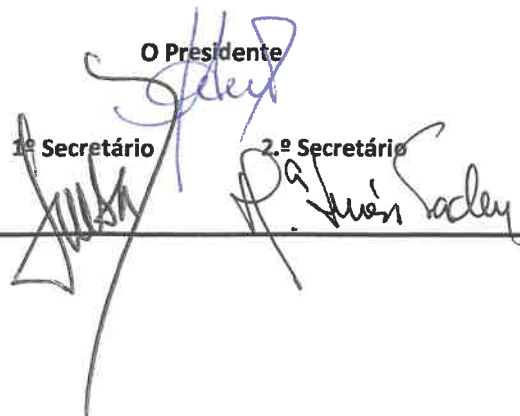
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

15- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho e)	CDS-PP	X		X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

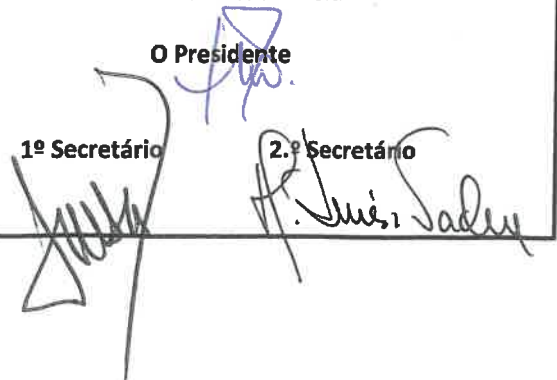
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

16- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

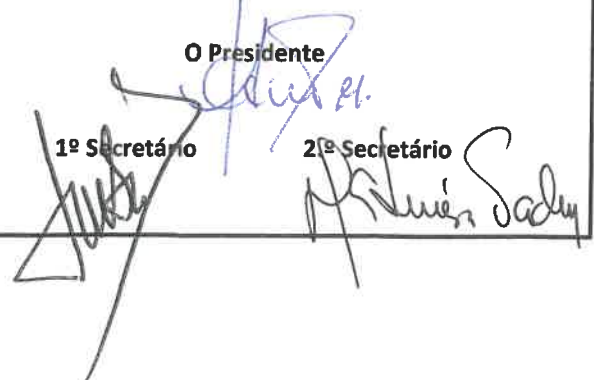
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

17- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

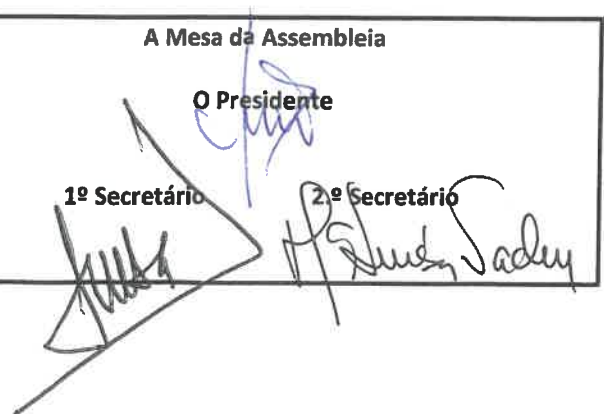
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

18- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

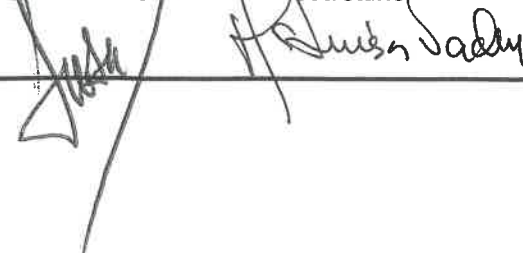
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

19- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA NOVA VIA DESIGNADA COMO AVENIDA ZONA INDUSTRIAL NAS FREGUESIAS DE REBORDOSA E GANDRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

20- SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA AVENIDA PADRE MOREIRA DAS NEVES - PAREDES

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

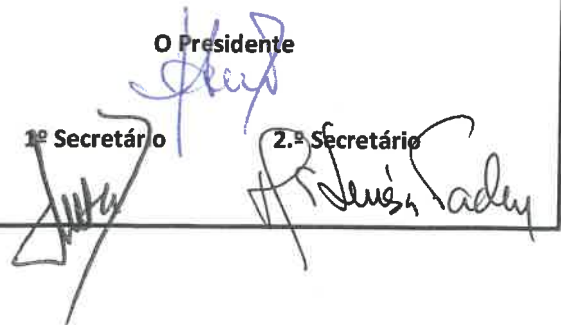
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

21- SINALIZAÇÃO EM ESTRADA SEM SAÍDA - RUA DA BELA VISTA - REBORDOSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

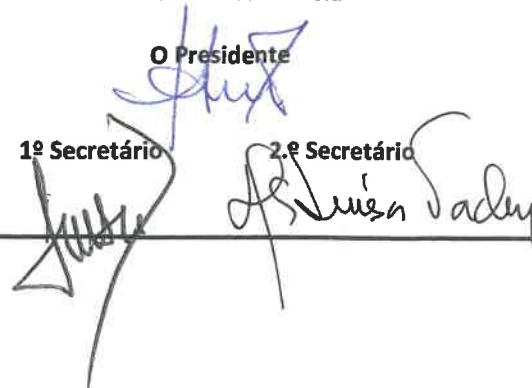
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

22- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA RUA CENTRAL DO OUTEIRO - MOURIZ

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

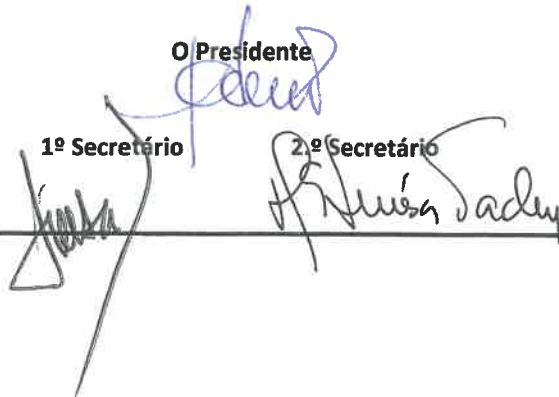
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

23- SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DE OUTEIRO D'ALÉM - RECAREI

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

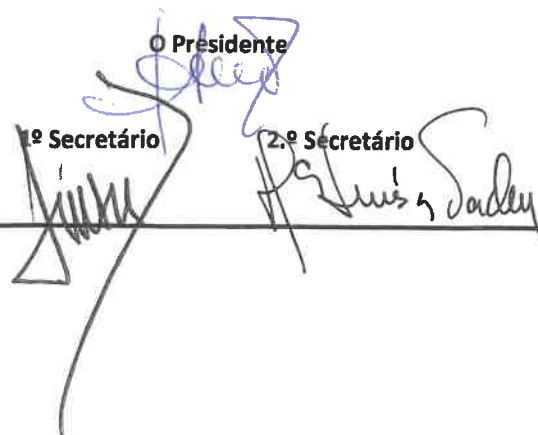
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

24- SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DO ARCO NA FREGUESIA DE SOBREIRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

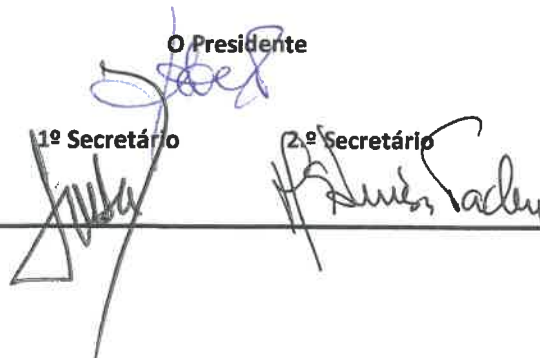
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

25- SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA 13 DE MAIO E RUA CENTRAL DE CASTROMIL - FREGUESIA DA SOBREIRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

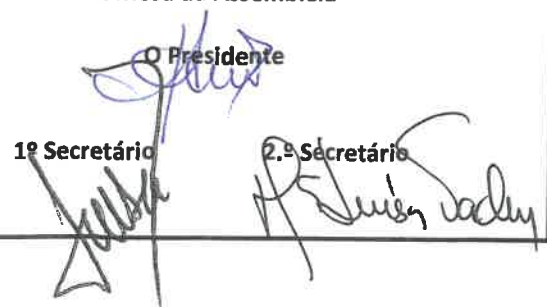
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

26- PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO CONVEXO E SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA JOÃO PAULO II - RECAREI

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

27- CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO ÀS NEGOCIAÇÕES E DECISÃO DE RESGATE DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DE PAREDES, CELEBRADO COM A BE WATER

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X	X	
José Alberto de Sousa	PS	X	X	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X	X	
Rui José Fernandes da Silva	PS	X	X	
João Paulo Alves dos Reis	PS	X	X	
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X	X	
Joaquim da Silva Leal	PS	X	X	
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X	X	
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X	X	
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X	X	
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X	X	
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X	X	
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X	X	
José Carlos Moreira da Silva	PS	X	X	
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepia Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD		X	
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU		X	

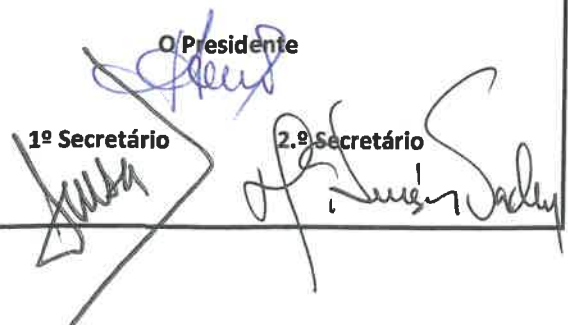
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X	X	
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X	X	
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X	X	
Artur Pereira da Silva	PS	X	X	
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X	X	
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X	X	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X	X	
José da Cunha Magalhães	PS	X	X	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Francim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD		X	
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU		X	

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

23 proposta grupo União Paredes

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD		X	
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD		X	
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD		X	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD		X	
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD		X	
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD		X	
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

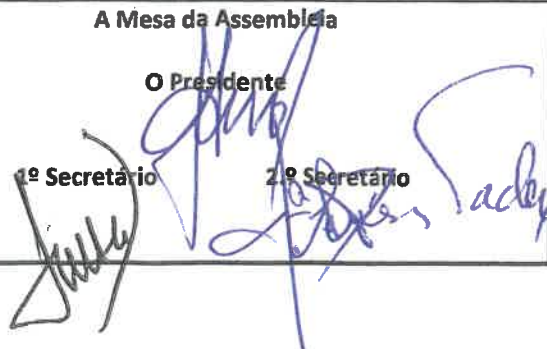
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2020/12/19

23 Proposta grupo Municipal

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
Adélio Ribeiro Soares Magalhães a)	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Maria Sofia Arrepiá Ferreira a)	PPD/PSD	X		
Cristina Maria Valente Monteiro	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PPD/PSD	X		
Paulo José de Sousa a)	PPD/PSD			
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Ana Raquel Gomes Coelho a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
Artur Pereira da Silva	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD			
Zélia Maria Leal Pinto b)	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo
f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

